

Bolsa brasileira cai 0,48% na contramão do mercado internacional

A Bolsa de Valores brasileira caminhou na contramão dos mercados internacionais nesta quinta-feira (29). O Ibovespa, principal índice acionário do Brasil, encerrou em baixa de 0,48%, aos 125.675 pontos, em um pregão bastante marcado por balanços corporativos.

Entre as companhias que divulgaram seus resultados na quarta (28), após o fechamento do mercado, a Vale ficou entre as mais negociadas e, segundo analistas, foi uma das responsáveis por puxar o índice para baixo. Os papéis da mineradora encerraram em queda de 1,47%, a R\$ 115,57.

“O resultado da Vale ligeiramente abaixo do esperado, combinado com o ativo

[com preços] em topo histórico, culminou na correção do papel nesta quinta-feira, e ajuda a explicar a queda do mercado brasileiro mesmo com o ambiente positivo das bolsas internacionais refletindo a decisão do Fed [Federal Reserve, banco central americano]”, afirmou o analista da Clear Corretora, Rafael Ribeiro.

Na quarta, o Fed anunciou que manterá as taxas de juros americanas no atual patamar e sinalizou que seguirá com os estímulos econômicos naquele país.

Segundo o analista, a mineradora apresentou um resultado operacional forte, com uma geração de caixa robusta e que mantém a expectativa de ótimos dividen-

dos aos acionistas, mas a alta nos custos de produção e do frete acabaram minando o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação) no trimestre, que ficou abaixo do esperado pelo mercado.

Multiplan, que também divulgou seu resultado na véspera, ficou entre os polos positivos do Ibovespa. Os papéis da companhia subiram 5,36% na sessão, a R\$ 24,16 -segunda maior alta do índice.

Já entre os balanços divulgados nesta quinta (29), os holofotes estavam voltados para GPA (Grupo Pão de Açúcar) e Ambev, ambos com resultados abaixo do esperado e que pressionaram o índice para baixo.

Isabela Bolzani/Folhapress



Economia



Vale estuda acelerar distribuição de dividendos para evitar taxaço na reforma tributária *Página - 03*

BC avança nas discussões para a criação da moeda digital brasileira *Página - 03*



Brasil completa 190 dias seguidos de média móvel de mortes por Covid acima de 1.000 *Página - 25*

Juros: Taxas têm correção e caem, com exterior ameno e IGP-M *Página - 17*

Meio Ambiente



‘Sinais vitais’ da Terra estão enfraquecendo, apontam cientistas *Página - 26*

Geada pode levar inflação a 7% no ano; veja os alimentos mais afetados pela onda de frio *Página - 26*



No Mundo

EUA, Reino Unido e China se provocam com novos exercícios militares



Em uma nova escalada de tensões militares no entorno estratégico chinês, Washington, Londres e Pequim se enfrentam com provocações na forma de exercícios navais nesta semana.

Os palcos são os de sempre: o estreito de Taiwan, que separa a ditadura comunista da ilha democrática que os chineses consideram ser uma província rebelde, e o contestado mar do Sul da China, onde Pequim diz ser dona de 85% das águas.

Na segunda-feira (26), o grupo de ataque liderado pelo novo porta-aviões britânico, o HMS Queen Elizabeth, chegou ao mar do Sul da China.

Acompanhado por oito outras embarcações e carregando 18 aviões de caça avançados F-35B, ele irá se exercitar na região pelos próximos dias.

É uma provocação direta aos chineses, acostumados a ver navios americanos e de aliados de Washington como Japão e Austrália, na região. Também incorpora uma declaração política dupla.

Primeiro, Londres quer mostrar ao mundo que voltou a ter capacidades navais ofensivas, por mais que o programa de construção do navio de R\$ 21 bilhões seja considerado insustentável no médio prazo por alto custo operacional por alguns analistas.

Segundo, os britânicos

mostram que estão ao lado dos EUA na Guerra Fria 2.0 contra a China. Um destróier da frota e 10 dos 18 F-35B são americanos.

Londres está particularmente contrariada pela repressão exercida por Pequim contra Hong Kong, sua ex-colônia. Avalia que Pequim rasgou o tratado de 1984 que acertou a devolução de 1997 com garantias de liberdades por 50 anos.

A reação de Pequim, que considera Hong Kong um assunto interno, foi determinada nesta quinta (29), com a realização imediata de dois exercícios navais na região ao mesmo tempo.

Igor Gielow/Folhapress

Países anunciam aplicação de terceira dose de vacina contra a Covid-19

O Ministério de Saúde Pública do Uruguai anunciou nesta quarta-feira (28) que todos os vacinados no país com as duas doses do imunizante Coronavac poderão receber uma terceira injeção do fármaco produzido pela Pfizer.

De acordo com um comunicado divulgado pela pasta, a medida se baseia na recomendação de uma comissão que assessora o governo uruguaio. O documento prevê uma aplicação escalonada, válida para quem recebeu a segunda dose da Coronavac há pelo menos 90 dias.

Na terça-feira (27), o ministério já havia anunciado a aprovação da aplicação de uma terceira e até de uma quarta dose da vacina contra a Covid-19 para pessoas com imunossupressão moderada e grave decorrente de outras doenças -por terem um sis-

tema imunológico deficitário, essas pessoas tornam-se elegíveis a receber doses de reforço contra o coronavírus.

O Uruguai iniciou sua campanha de vacinação há quase cinco meses. Até esta quarta-feira (28), 73,5% dos uruguaios receberam ao menos uma dose dos fármacos anti-Covid, e pouco mais de 63% estão completamente imunizados.

O bom desempenho na imunização coloca o Uruguai na quinta posição na lista de países com mais doses aplicadas em proporção ao tamanho de suas populações. Foram 1.365,4 doses a cada mil habitantes.

O ranking é formado por Malta (1.700,1), Emirados Árabes Unidos (1.683), Seychelles (1.438,2) e Islândia (1.372,7) -o Brasil é o 59º da lista, com índice de 648,7 aplicações.

Folhapress



Ataques e 'fake news' rebaixam Brasil em ranking de liberdade de expressão



Nos últimos dez anos, o Brasil foi o país da América Latina que mais regrediu em termos de liberdade de expressão, com campanhas de desinformação chanceladas pelo governo federal e ataques à imprensa que não eram vistos desde a ditadura militar (1964-1985). A avaliação é da ONG Artigo 19, que publicou ontem (29) o Relatório Global de Expressão com dados de 2020 relativos a 161 países.

Em 86º lugar no ranking, o Brasil foi o país latino-americano que mais perdeu pontos frente ao relatório de 2019. Pelo segundo ano consecutivo, é visto como um local "restrito" à liberdade de

expressão, classificação observada pela ONG como um alerta à democracia.

"Nos últimos cinco anos, o Brasil deixou de ser um dos países com maior pontuação mundial [de liberdade de expressão] para ser considerado uma crise de democracia e expressão - e agora também uma crise de saúde pública. O Brasil é a perfeita avalanche contemporânea de problemas de expressão: populismo autocrático, desinformação, desigualdade severa e controle tecnológico. A pandemia consolidou as tendências observadas no último ano", diz trecho do relatório.

Em outro documento publicado este ano, a Artigo 19 já havia alertado para as

práticas de desinformação utilizadas pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido) para confundir a população sobre temas sensíveis à administração, como o combate à pandemia de covid-19. A privação à informação de interesse público, como o apagão de dados sobre casos e mortes de coronavírus que levou à formação do consórcio de veículos de imprensa, é vista como um dos indícios de queda na liberdade de expressão do país.

"Muitos governos pareceram mais interessados em controlar a narrativa do que em controlar o próprio vírus", afirma o Relatório Global de liberdade de expressão.

Juliana Arreguy/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Vale estuda acelerar distribuição de dividendos para evitar taxaço na reforma tributária



Após registrar lucro recorde no primeiro semestre de 2021, a Vale analisa acelerar a distribuição de dividendos extraordinários a seus acionistas para atender a nova estratégia de endividamento e evitar possível bitributação de lucros já acumulados após a reforma tributária em discussão no Congresso.

Em balanço divulgado nesta quarta (28), a mineradora anunciou que distribuirá a seus acionistas ao menos US\$ 5,7 bilhões (cerca de R\$ 27 bilhões) referentes ao resultado de R\$ 70,6 bilhões acumulado nos primeiros seis meses do ano.

O valor refere-se ao retorno mínimo previsto em sua política de remuneração aos

acionistas, mas em teleconferência com analistas nesta quinta (28) a direção da companhia afirmou que a cifra deve ser elevada.

O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, disse que a gestão já tinha a intenção de distribuir dividendos extraordinários para atender a um plano de aumentar a alavancagem, indicador que relaciona o tamanho da dívida à geração de caixa de uma empresa.

Assim, parte do caixa deve ser destinado a melhorar o retorno aos acionistas pela distribuição extraordinária de dividendos e por novo programa de recompra de ações, que aumenta o valor dos papéis disponíveis no mercado.

Segundo Siani, a meta é elevar a dívida expandida

da companhia para US\$ 15 bilhões (R\$ 77 bilhões, pela cotação atual), ante os US\$ 11,5 bilhões (R\$ 57 bilhões) registrados no fim do segundo trimestre.

“A forma de chegar lá vai ser avaliada ao longo do tempo e nos permite ser mais agressivos no retorno para os acionistas” afirmou o executivo. “Deve ser feito por combinações de recompra de ações e dividendos extraordinários.”

Questionado sobre os efeitos da reforma tributária sobre os investimentos, Siani disse que a companhia pode também antecipar dividendos extraordinários sobre a reserva de lucros hoje no caixa da empresa para evitar bitributação.

Nicola Pamplona/Folhapress

BC avança nas discussões para a criação da moeda digital brasileira

Influenciado pelas inovações proporcionadas pelos ambientes digitais para as intermediações financeiras, o Banco Central está avançando nas discussões que visam a criação e a implantação da moeda digital brasileira – no caso, o Real Digital. Para tanto, inaugurou hoje (29) uma série de webinars que vai tratar do assunto, com a palestra Potenciais do Real em formato digital. Este, o primeiro dos sete encontros previstos durante o segundo semestre, teve como palestrante o professor Robert Townsend, do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Ele participa do projeto de criação do dólar digital.

A ideia do Banco Central brasileiro é a de “estabelecer as bases para o eventual desenvolvimento de uma CBDC [Central Bank Digital Currency] que venha a acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia bra-

sileira e a aumentar a eficiência do sistema de pagamentos de varejo”. Dessa forma, pretende “contribuir para o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas nos avanços tecnológicos”, favorecendo a participação do país em outros cenários econômicos e aumentando sua eficiência nas transações trans fronteiriças.

“Os criptoativos, como o Bitcoin, não detêm as características de uma moeda, mas sim de um ativo. A opinião do Banco Central sobre criptoativos continua a mesma: esses são ativos arriscados, não regulados pelo Banco Central, e devem ser tratados com cautela pelo público”, detalhou. Já a CBDC é uma nova forma de representação da moeda já emitida pela autoridade monetária nacional. Ou seja, faz parte da política monetária do país de emissão e conta com a garantia dada por essa política.

Pedro Peduzzi/ABR



Comércio perde 190,7 mil empresas em seis anos



O comércio brasileiro perdeu 190,7 mil empresas no intervalo de seis anos, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado, divulgado nesta quinta-feira (29), integra a PAC (Pesquisa Anual de Comércio) 2019. O estudo não reflete ainda os impactos da pandemia de coronavírus, que prejudicou a atividade econômica a partir de 2020.

Conforme o levantamento, o número de empresas do setor era de 1,625 milhão em 2013. O montante passou a encolher em 2014, quando a economia começou a registrar sinais de fragilidade. Houve seis quedas consecutivas até o total recuar para

1,434 milhão em 2019 – dado mais recente à disposição.

A perda de 190,7 mil operações (baixa de 11,7%) vem da comparação entre os resultados de 2019 e 2013.

Synthia Santana, gerente de análise e disseminação de pesquisas estruturais do IBGE, associa a redução do número de empresas a pelo menos dois fatores. O primeiro é a crise vivida pelo país entre 2014 e 2016. À época, a economia perdeu fôlego e, em seguida, entrou em recessão.

Além disso, a retomada do consumo, necessário para o comércio, ocorreu em ritmo aquém do esperado nos anos seguintes, o que também afetou o setor, sinaliza a pesquisadora.

“Com a crise a partir de

2014, empresas fecharam operações, e a recuperação do consumo se deu de maneira muito lenta”, explica.

Conforme Synthia, a pesquisa desconsidera a categoria dos MEIs (microempreendedores individuais). Esse grupo, que aumentou nos últimos anos, foi criado em uma tentativa de incentivar a formalização e possui limitação de faturamento anual.

Em 2019, as empresas comerciais empregavam 10,2 milhões de pessoas. Na década de 2010 a 2019, aumentaram ligeiramente de porte (de seis para sete pessoas por empresa), bem como aumentaram o salário médio pago, medido em salários mínimos (de 1,8 para 1,9 salários mínimos).

Leonardo Vicceli/Folhapress

Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.511.236/0001-16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se mencionado de outra forma)

Ativo	Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa	4	1.238	1.535						
Créditos tributários		6	299						
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.050	–						
Total do ativo circulante		2.294	1.834						
Não Circulante									
Contas a receber – partes relacionadas	5	7.942	3.010						
Propriedade para investimento	6	61.615	37.151						
Total do ativo não circulante		69.557	40.161						
Total do Ativo		71.851	41.995						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saldos em 31/12/2018	Capital social		Reserva de lucros		Total
	Nota	Subscrito	Integralizado	Reserva legal	
Integralização de capital	8.a	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	52	(52)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	(10)
Dividendos complementares propostos	8.c	–	–	–	(987)
Saldos em 31/12/2019		40.069	–	72	1.377
Cisão parcial em 14.10.2020		(4.978)	–	–	(4.978)
Incorporação de parcela cindida em 14.10.2020		32.126	–	–	32.126
Lucro líquido do período		–	–	–	–
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	65	(65)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	(12)
Dividendos complementares propostos	8.c	–	–	–	(1.223)
Saldos em 31/12/2020		67.217	–	137	2.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Reorganização societária:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/10/2020, os acionistas deliberaram a operação de cisão e incorporação parcial, por meio da transferência de bens, direitos e obrigações com a versão da parcela cindida para a empresa Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. e incorporada da empresa Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. Os principais saldos, com base no laudo de 30/09/2020, estão apresentados resumidamente a seguir:

Ativo	30/09/2020
Circulante:	
Outros tributos a recuperar	295
Despesas reembolsáveis	585
Total do ativo circulante	880
Não circulante:	
Imóveis – custo de aquisição	3.719
Terenos – custo de aquisição	485
Imóveis (-) depreciação	(105)
Total do ativo não circulante	4.099
Acervo líquido cindido	4.979
Incorporação parcial	30/09/2020
Circulante:	
Contas a receber	4.040
(-) Ajuste a Valor Presente – Aluguéis a receber	(273)
Total do ativo circulante	3.767
Não circulante:	
Imóveis – custo de aquisição	17.642
Terenos – custo de aquisição	11.806
Imóveis (-) depreciação	(502)
Total do ativo não circulante	28.946
Passivo	
Circulante:	
Impostos diferidos	587
Total do passivo não circulante	587
Acervo líquido cindido	32.126

Em virtude da cisão e incorporação parcial, a aumento do capital social da Companhia em R\$27.147 mil, sem que haja o cancelamento de ações de modo que o capital social da Companhia passa de R\$40.069 mil para R\$67.217 mil, dividido em R\$129.060.879 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **1.2. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da companhia:** O Coronavírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estatísticos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem ao período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer ajustativo de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de

Receita Líquida	Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019
Custo dos serviços prestados	9	3.080	1.436			
Lucro Bruto		2.660	1.040			
Despesas gerais e administrativas	10	(871)	(106)			
Outras receitas operacionais		40	–			
Resultado Operacional		1.829	934			
Resultado Financeiro	12	(162)	414			
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.667	1.348			
Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(367)	(299)			
Lucro Líquido do Período		1.300	1.049			
Lucro Líquido por Ações						
(Média ponderada do período – R\$)						
Básico e diluído	13	0,02	0,03			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lucro Líquido do Período	Demonstração do Resultado Abrangente		Fluxo de caixa das atividades operacionais
	2020	2019	
Outros resultados abrangentes	–	–	1.300
Resultado Abrangente do Período	1.300	1.049	1.049
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

mento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e de 2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do contas a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas.** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2020.

7. Impostos e Contribuições Diferidos

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	1.113	355
PIS e COFINS diferido (b)	374	119
Subtotal	1.487	474
Impostos sobre outras receitas	7	1
Total	1.494	475

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$1.494 em 31/12/2020 (R\$475 em 31/12/2019). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. Impostos referentes a incorporação conforme atos societários apresentados na nota explicativa nº 1.1 reorganização societária:

	2020	2019
Incorporação:		
IRPJ diferido	323	
CSLL diferida	117	
PIS – receitas diferidas	26	
COFINS – receitas diferidas	121	
Total de Tributos sobre aluguéis	587	

a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente: O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

	Alíquota nominal	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis		3.208	2.611
Fator de presunção	32%	32%	32%
Lucro presumido	1.027	836	
Tributos sobre o lucro presumido:			
Imposto de renda	25%	257	209
Contribuição social	9%	92	75
Total de imposto de renda e a contribuição social diferido (A)		349	284
Tributos correntes sobre outras receitas:			
Base de cálculo		70	62
Imposto de renda	15%	11	9
Contribuição social	9%	7	6
Total de imposto de renda e a contribuição social corrente (B)		18	15
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)		367	299
PIS e COFINS diferido			
		2020	2019

	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis	3.208	2.611
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos	117	95

8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31/12/2020 o capital social integralizado é de R\$67.217 e está representado por 129.060.879 ações ordinárias. O capital social da companhia foi reduzido em R\$4.978 via cisão parcial de ativos e passivos que foram incorporados pela Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. e aumentado em R\$32.126 via integralização parcial de ativos e passivos que foram cindidos pela Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., empresas relacionadas com mesmos controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 e 2019 o saldo dessa reserva é de R\$137 e R\$72, respectivamente. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 25/09/2020, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária, deliberou pela manutenção do lucro do exercício de 2019, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente dispensado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis	3.208	2.611
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)	(117)	(95)
(-) Ajuste a valor presente	(11)	(1.080)
Total	3.080	1.436

	2020	2019
Depreciação	420	396
Despesas com serviços profissionais	25	25
Despesas com honorários profissionais (a)	846	81
Total	1.291	502

Atribuível a:
Custo dos serviços prestados 420 396
Despesas gerais e administrativas 871 106
Total 1.291 502

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade e serviços advocatícios.

11. Instrumentos Financeiros – **Classificação e mensuração:** Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional

continua ...

... continuação

serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode

reaver a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Resultado Financeiro, Líquido – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras	35	113
Ajuste a valor presente (*)	(197)	301
	(162)	414

(*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber. Devido postergação da carência em mais 12 meses, houve

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.

impactos no cálculo de AVP, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

	2020	2019
13. Resultado por Ação		
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	1.300	1.049
Denominador básico/diluído		
Ações ordinárias	129.060.879	40.069.205
Lucro líquido por ação básico – R\$	59.196.383	40.069.205
Lucro líquido por ação diluído – R\$	0,01	0,03

14. Transações não Caixa – Entre 01/01/2020 e 31/12/2020 a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

• Integralização de capital via recebimento de imóveis, ativos e passivos de parte relacionada Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. e redução de capital via cisão e entrega de bens de parte relacionada Kharkov Empreendimentos e Participações S.A, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 6.

15. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Cobertura	Vigência início	Vigência término
Danos materiais (DM)	124.709	29/09/2020	29/03/2022

A Diretoria

Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

Aos Administradores e Acionistas da
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ Conclu-

imos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos nossos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Wagner Ricardo Alves

Audítores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 215739/O-9

Deloitte

Brasia Properties Investimentos Imobiliários S/A

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020		(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2021	2020		2021	2020
Ativo Circulante	19.910	4.939	Receita Operacional Líquida	(1.150)	–
Caixa e equivalentes de caixa	19.883	3.611	Despesas Operacionais	–	5.284
Contas a Receber	–	1.302	Despesas Administrativas	(399)	(1.939)
Tributos a Recuperar	27	–	Outras despesas Operacionais, Líquidas	(1)	–
Não Circulante	183.601	402.117	Resultado Operacional antes	12.104	19.180
Investimentos em Controladas	183.601	402.117	Resultado Operacional	10.554	17.241
Total do Ativo	203.511	407.056	Receita Financeiras	110	138
Passivo	2021	2020	Despesas Financeiras	(5.371)	(5.908)
Circulante	51.226	16.590	Resultado Financeiro	5.283	11.571
Fornecedores	–	–	Impostos a Recolher	5.293	11.571
Impostos a Recolher	–	–	Impostos antes dos Impostos	(9)	(35)
Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	26.167	18.435	Impostos correntes	(9)	(35)
Dividendos a Pagar	59	59	Resultado Líquido do Exercício	5.284	11.536
Empréstimos e Financiamentos	25.000	–	Lucro por Ação	0,000046	5.179
Não Circulante	19.825	49.181	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	132.660	338.305	Capital Social	Reservas	Total
Patrimônio Líquido	118.982	330.912	Saldo em março de 2019	330.912	(11.536)
Capital	2.577	8.393	Resultado do Período	–	11.536
Reservas	2.577	8.393	Constituição de Reservas	–	8.393
Resultados acumulados	11.101	–	Saldo em março de 2020	330.912	–
Total do Passivo	203.511	407.056	Redução de Capital	(211.930)	5.817
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/03/2021					
1. Contexto Operacional – A empresa Brasia Properties Investimentos Imobiliários S.A. tem como objeto aquisição e venda de imóveis, locação de imóveis próprios, incorporação de imóveis e loteamentos de terrenos, exercício das atividades incidentais ou acessórias as anteriores, e participação em outras sociedades simples ou empresariais. Apresentação das Demonstrações e Práticas Contábeis: As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.					

Luis Carlos Martins Ferreira – Administrador
Valfredo dos Santos – Contador CRC 1SP 238.506/O-8

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020		(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
Balanco Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Resultado	
	31/03/2021	31/03/2020		31/03/2021	31/03/2020
Ativo/Circulante	1.058	1	Resul-tados Reservas Tran-sações		
Caixa e equivalentes de caixa	1.057	1	Capital Social	Reservas	entre
Impostos a recuperar	1	–	Saldo em março de 2019	41	–
Não Circulante	189.776	311	Históricos	Saldo em março de 2019	41
Investimentos em controladas	49.344	310	Resultado do período	–	–
Investimentos em coligadas	140.432	–	Reserva de capital	362	–
Total do Ativo	190.834	311	Resultado do exercício	–	(228)
Passivo/Circulante	334	136	Saldo em março de 2020	41	(228)
Fornecedores	189	–	Aumento de capital por cisão	192.045	–
Contas a pagar por aquisição de controladas e propriedades	136	136	Transferência para reserva de capital	(1.638)	–
Impostos a recolher	9	–	Transações entre sócios	–	(1.493)
Patrimônio Líquido	190.500	175	Resultado do exercício	(227)	–
Capital	190.448	41	Saldo em março de 2021	190.448	2.000
Reservas	2.000	362	Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Investimentos em sócios	(14.093)	–	Resultado do período	(227)	(228)
Resultados acumulados	(455)	(228)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	190.834	311	Equivalência patrimonial em controladas	4.559	–
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras					
1. Contexto Operacional: A empresa BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A. tem como objeto a aquisição e venda de imóveis, locação de imóveis próprios, incorporação de imóveis e loteamentos de terrenos, exercício das atividades incidentais ou acessórias as anteriores, e participação em outras sociedades simples ou empresariais. Apresentação das Demonstrações e Práticas Contábeis: As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. São Paulo, 14/06/2021.					

Luis Carlos Martins Ferreira – Administrador
Valfredo dos Santos – Contador CRC 1SP 238.506/O-8

Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020		(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2021	2020		2021	2020
Ativo/Circulante	1.319	2.121	Receita operacional líquida	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	1.304	2.108	Despesas operacionais	–	(4.023)
Impostos a recuperar	15	13	Despesas administrativas	(234)	(259)
Não Circulante	125.476	123.482	Outras receitas operacionais, líquidas	–	22
Investimentos em controladas	125.476	123.482	Equivalência patrimonial	(71)	216
Total do Ativo	126.795	125.603	Resultado operacional antes do resultado financeiro	(305)	(21)
Passivo	2021	2020	Receitas financeiras	19	174
Circulante	23.029	19.320	Despesas financeiras	(3.714)	(1.802)
Fornecedores	2	1	Resultado financeiro	(4.000)	(1.649)
Contas a pagar por participação em investida	23.027	19.319	Resultado antes dos impostos	(4.000)	(1.649)
Patrimônio Líquido	103.766	106.283	Impostos correntes	(23)	(31)
Capital	110.498	108.992	Resultado líquido do exercício	(4.023)	(1.680)
Reservas	2.000	2.000	Prejuízo por ação	(3,62)	(1,51)
Resultados acumulados	(6.732)	(4.709)	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Total do Passivo	126.795	125.603	Capital Social	Reservas	Total
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/03/2021					
1. Contexto Operacional – A empresa Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A. tem como objeto a aquisição e venda de imóveis, locação de imóveis próprios, incorporação de imóveis e loteamentos de terrenos, exercício das atividades incidentais ou acessórias as anteriores, e participação em outras sociedades simples ou empresariais. Apresentação das Demonstrações e Práticas Contábeis: As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.					

Luis Carlos Martins Ferreira – Administrador
Valfredo dos Santos – Contador CRC 1SP 238.506/O-8

Q7 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 18.501.629/0001-80 – NIRE 35.300.492.412

Declaração de Extravio de Livros Societários

A Q7 Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.501.629/0001-80 e NIRE 35.300.492.412, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, conjunto 81B, Jardim Europa, CEP 01448-000, declara para os devidos fins que, na data de 01/07/2021, foram extravaniados os seguintes Livros Societários: (i) Livro de Presença de Acionistas, registrado sob o nº 258044; (ii) Livro de Transferências de Ações Nominativas, registrado sob o nº 258045; (iii) Livro de Registro de Ações Nominativas, registrado sob o nº 258046.

comercial
@datamercantil.
com.br

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Torch Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.807/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de Julho de 2021. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 2019, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa							
Ativo	Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019		
Circulante						Receita Líquida	9	2.422	2.317	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Caixa e equivalente de caixa	4	444	800			Custo dos serviços prestados	10	(777)	(843)	Lucro líquido do exercício		985	1.124		
Impostos a recuperar		3	1			Lucro bruto		1.645	1.474	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Outras contas a receber – partes relacionadas		77	12			Despesas gerais e administrativas	10	(297)	(202)	Depreciação	6	777	843		
Contas a receber – partes relacionadas	5	670	–			Resultado operacional		1.348	1.272	Impostos e contribuições diferidos	7	429	418		
Total do ativo circulante		1.194	813			Resultado Financeiro		(35)	170	Ajuste a valor presente sobre receitas	5	460	324		
Não Circulante						Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.313	1.442	Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.069	3.259			Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(328)	(318)	Impostos a recuperar e a pagar		(2)	4		
Propriedade para investimento	6	96.172	96.949			Lucro Líquido do Exercício		985	1.124	Outras contas a receber – partes relacionadas		(65)	(12)		
Total do ativo não circulante		101.241	100.208			Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)				Partes relacionadas		(5)	11		
Total do Ativo		102.435	101.021			Básico e diluído	13	0,01	0,01	Contas a pagar		6	1		
						Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				Pagamento de imposto de renda e contribuição social		–	(5)		
						Contas a pagar				Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(355)	(168)		
						Encargos sociais a recolher				Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
						Total do passivo circulante		15	14	Imposto de transferência de propriedade na aquisição	6	–	(1.369)		
						Não Circulante				Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		–	(1.369)		
						Impostos e contribuições diferidos	7	948	522	Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa					
						Total do passivo não circulante		948	522	Saldo no início do período		800	2.337		
						Patrimônio Líquido				Saldo no fim do período		444	800		
						Capital social subscrito		99.020	99.020	Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa					
						Reserva de lucros		2.450	1.465						
						Total do patrimônio líquido		101.470	100.485						
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		102.435	101.021						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva de lucros	Reserva de lucros		
Lucro líquido do exercício		99.020	17	324	–	–	99.361
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	1.124	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.b	–	56	–	–	(56)	–
Retenção do lucro do exercício	8.c	–	–	11	–	(11)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		99.020	73	1.057	–	(1.057)	100.485
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	985	985
Constituição de reserva legal	8.b	–	49	–	–	(49)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	9	–	(9)	–
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	926	–	(926)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		99.020	122	2.328	–	–	101.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Torch Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da companhia:** O Coronavírus, “Covid-19” foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, a não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável

que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 31/12/2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do caixa a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2020

	Aliquota nominal	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis		2.939	2.871
Fator de presunção	32%	32%	32%
Lucro presumido		940	919
Tributos sobre o lucro presumido:			
Imposto de renda	25%	235	230
Contribuição social	9%	85	83
Total de imposto de renda e contribuição social diferido (A)		320	313
Tributos correntes sobre outras receitas:			
Base de cálculo		35	21
Imposto de renda	15%	5	3
Contribuição social	9%	3	2
Total de imposto de renda e contribuição social corrente (B)		8	5
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)		328	318
b) PIS e COFINS diferido		2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis		2.939	2.871
Aliquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	3,65%
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos		107	105
8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31/12/2020, o capital social integralizado é de R\$99.020 e está representado por 99.020.210 ações ordinárias. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o saldo dessa reserva é de R\$123 e R\$73, respectivamente. c) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 25/09/2020, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária, deliberou pela manutenção do lucro do exercício de 2019, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente dispensado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.			

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1) IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não há Impactos
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Não há Impactos
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há Impactos
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Não há Impactos
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Não há Impactos

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2020 e dezembro de 2019 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros

	2020	2019
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Aplicações financeiras (*)	444	800
Total	444	800
(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valores. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.		
5. Contas a Receber – Partes Relacionadas		
Grupo Big Brasil S.A. (a)	6.523	3.584
(-) Ajuste a valor presente	(784)	(324)
Total	5.739	3.259
6. Propriedades para Investimentos		
Circulante	670	–
Total	670	–
Não Circulante	5.069	3.259
Total	5.069	3.259
(a) Contratos de locação de imóvel – HO Barueri. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. Contratos de aluguel: Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2020 e 31/12/2019 são resumidos a seguir:		
	2020	2019
Até um ano	712	–
De um a cinco anos	14.671	15.528
De cinco a 10 anos	14.768	16.489
Acima de 10 anos	90.821	98.934
Total	120.972	130.951

Aos Administradores e Acionistas da **Torch Empreendimentos e Participações S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Torch Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Torch Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis

mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$32 e R\$26, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como “Despesas com serviços profissionais”. **6. Propriedades para Investimentos**

Terrenos	Edificações	Total
Saldo final 31/12/2018	39.088	57.335
Custo da transação (a)	–	1.369
Depreciações (*)	–	(843)
Saldo final 31/12/2019	39.088	57.861
Depreciações (*)	–	(777)
Saldo final 31/12/2020	39.088	57.084

(a) Refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40 parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração da Companhia assessorada pela consultoria independente Amaral D’Avila estimou que o valor justo dos imóveis em 2020 é de R\$134.960, apurado com base na metodologia preestabelecida pela NBR 14.653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, que são devidamente tratadas a fim de determinar o valor do respectivo imóvel. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é

... continuação

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma pers-

pectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

Torch Empreendimentos e Participações S.A.

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu **Vagner Ricardo Alves**
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 215.739/O-9 **Deloitte.**

Graber Sistemas de Segurança Ltda.

CNPJ/ME nº 87.169.900/0001-45

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019		2020	2019		2020	2019	
Ativo			Lucro bruto	150.848	114.689	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Circulante	161.872	117.695	Despesas operacionais	(67.196)	(37.947)	Lucro líquido do exercício	77.611	76.577	
Não circulante	483.978	361.585	Resultado operacional	83.652	76.742	Ajustes para reconciliar o lucro com recursos provenientes das atividades operacionais	35.993	53.988	
Total do ativo	645.850	479.280	Equivalência patrimonial	20.392	25.617	Varições nos ativos e passivos	(119.611)	(91.950)	
Passivo			Resultado financeiro	326	(1.154)	Caixa proveniente (aplicado) das operações	(6.007)	38.615	
Circulante	129.137	111.816	Resultado antes do imposto de renda e da CSLL	104.370	101.205	Juros pagos e impostos retidos	(17.343)	(8.537)	
Não circulante	202.078	125.576	Imposto de renda e contribuição social	(26.759)	(24.628)	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(23.350)	30.078	
Total do patrimônio líquido	314.635	241.888	Lucro líquido do exercício	77.611	76.577	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	12.672	(28.118)	
Total do passivo e patrimônio líquido	645.850	479.280	Atribuível a:			Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	13.448	(8.187)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Atribuível a:			Aumento líquido (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa			
	Capital social	Reservas	Total	Acionistas da companhia			-		
Em 1º de janeiro de 2019	78.416	59.692	138.108	Participação dos não controladores			-		
Transações do ano	17.157	86.623	103.780	Luis Carlos Martinez Romero – Presidente			2.770 (6.227)		
Em 31 de dezembro de 2019	95.573	146.315	241.888	Guilherme Nascimento Robortella – Diretor Financeiro			5.787 12.014		
Transações do ano	18	72.729	72.747	Anderson Nunes da Silva – Controller – CRC-1SP 232.030/O-9			8.557 5.787		
Em 31 de dezembro de 2020	95.591	219.044	314.635						

GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.

CNPJ/ME nº 02.938.798/0001-42

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019		2020	2019		2020	2019	
Ativo			Lucro bruto	17.438	17.523	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Circulante	23.954	28.843	Despesas operacionais	(25.646)	(16.184)	Lucro líquido do exercício	61.387	72.668	
Não circulante	455.443	359.531	Resultado operacional	(8.208)	1.339	Ajustes para reconciliar o lucro com recursos provenientes das atividades operacionais	(54.719)	(61.968)	
Total do ativo	479.397	388.374	Equivalência Patrimonial	66.390	70.929	Varições nos ativos e passivos	(6.602)	(9.574)	
Passivo			Resultado financeiro	46	219	Caixa proveniente (aplicado) das operações	66	1.126	
Circulante	7.934	12.126	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	58.228	72.487	Juros pagos e impostos retidos	(376)	252	
Não circulante	18.003	17.526	Imposto de renda e contribuição social	3.159	181	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(310)	1.378	
Total do patrimônio líquido	453.460	358.722	Lucro líquido do exercício	61.387	72.668	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(16.326)	(16.076)	
Total do passivo e patrimônio líquido	479.397	388.374	Atribuível a:			Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	16.102	15.923	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Atribuível a:			Aumento líquido (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa			
	Capital social	Reservas	Total	Acionistas da companhia			-		
Em 1º de janeiro de 2019	95.924	154.834	250.758	Participação dos não controladores			-		
Transações do ano	-	107.963	107.963	Diretoria			Aumento líquido (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		
Em 31 de dezembro de 2019	95.924	262.797	358.721	Luis Carlos Martinez Romero – Presidente			(534)		
Transações do ano	34.528	60.211	94.739	Guilherme Nascimento Robortella – Diretor Financeiro			1.298		
Em 31 de dezembro de 2020	130.452	323.008	453.460	Anderson Nunes da Silva – Controller – CRC-1SP 232.030/O-9			764		

Tripadvisor Consultoria em Publicidade de Viagens e Turismo Ltda.

CNPJ/ME nº 19.432.675/0001-38 – NIRE 35.228.062.658

Ata da Reunião das Sócios realizada em 26 de julho de 2021

A Reunião das Sócios da Tripadvisor Consultoria em Publicidade de Viagens e Turismo Ltda. (Em Liquidação), instalada com a presença de sócias representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida e secretariada pelo Sr. **Maurício Anibal Canero**, realizou-se às 10 horas do dia 26/07/2021, na sede social, na Alameda Santos, nº 1.773, salas 1.408 a 1.411, São Paulo-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar** a redução do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, atualmente de R\$ 1.000.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, para R\$ 484.071,00, uma redução, portanto, de R\$ 515.929,00, mediante a extinção de 515.929 quotas ordinárias, todas de propriedade da sócia **Tripadvisor Uk Holdco Limited**, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, e a restituição à mesma da quantia correspondente, conforme disponibilidade de caixa da Sociedade; e (b) **consignar**, ainda, que a redução de capital só será efetivada após decorrido o prazo legal de noventa dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei, sendo que a Alteração Contratual pertinente será arquivada, concomitantemente com a presente, pelos meios próprios, na JUCESP. Os termos desta ata foram aprovados pelas sócias presentes, que a subscreveram. São Paulo, 26/07/2021. Assinaturas: **Maurício Anibal Canero** – Presidente e Secretário da Mesa. **Tripadvisor Uk Holdco Limited** p.p. **Maurício Anibal Canero**; **Tripadvisor Limited** p.p. **Maurício Anibal Canero**.

Kallas Incorporações e Construções S.A.

CNPJ/ME nº 09.146.451/0001-06 – NIRE 35.300.358.996

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2021

Data, Hora e Local: Realizada em 16/07/2021, às 09:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua João Lourenço, nº 432, Sala 30, São Paulo-SP. **Mesa:** Emilio Rached Esper Kallas – Presidente; Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão – Secretária. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) Rerratificação de atos registrados em ordem cronológica invertida nesta Junta Comercial de São Paulo ("JUCCESP"). **Deliberações:** Foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer reservas ou restrições, as seguintes matérias: (I) Em virtude que os atos foram protocolados todos no mesmo dia e juntos, provavelmente, devem ter sido analisados separadamente e por assessores da JUCCESP diferentes, desta forma constou em ordem cronológica errada na Ficha Cadastral Completa da Companhia. Sendo assim, a ordem cronológica correta dos 3 atos é: **Primeiro:** ARCA realizada em 20.09.2020, sessão de 28.04.2021, nº de registro 191.862/21-6; **Segundo:** AGE realizada em 16.02.2021, sessão de 15.04.2021, nº de registro 169.932/21-7; e **Terceiro:** ARCA realizada em 16.02.2021, sessão de 15.04.2021, nº de registro 169.737-21-4. Dessa forma, solicitamos a correção da ordem cronológica conforme ordem indicada acima, e o consequente saneamento da B.A.3.200.876/21-9 de 28/04/2021. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 16/07/2021. Mesa: Emilio Rached Esper Kallas – Presidente; Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão – Secretária. Sócios: **Kallas Incorporações e Construções S/A:** Emilio Rached Esper Kallas, Raphael Esper Kallas. JUCCESP – Registrado sob o nº 355.630/21-7 em 23/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Confianças do comércio e serviços sobem em julho, diz FGV



Os índices de Confiança do Comércio e dos Serviços registraram altas na passagem de junho para julho deste ano. O Índice de Confiança dos Serviços cresceu 4,2 pontos e chegou a 98 pontos, em uma escala de zero a 200, o maior patamar desde março de 2014 (98,3 pontos), segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Foi a quarta alta consecutiva do indicador, puxada principalmente pelo Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro e que avançou 6,5 pontos, para 105,6 pontos. O Índice da Situação Atual, que mede a per-

cepção sobre o presente, subiu 1,7 ponto, para 90,4 pontos.

O Índice de Confiança do Comércio subiu 5,1 pontos no período e atingiu 101 pontos, nível mais alto desde janeiro de 2019 (102,3 pontos). É a terceira alta consecutiva do indicador.

O crescimento do setor também foi influenciado principalmente pelo Índice de Expectativas, que teve alta de 5,6 pontos e chegou a 93,2 pontos. O Índice de Situação Atual subiu 4,5 pontos para 108,7 pontos, maior valor desde dezembro de 2010 (110,2 pontos).

Vitor Abdala/ABR

O CMN também determinou que os créditos obtidos por meio do programa não poderão ser usados para quitar outros débitos com o banco. Segundo o Banco Central, o PEC pretende dar às empresas de menor porte melhores condições para enfrentarem a pandemia de covid-19 e prepararem-se para a retomada da economia.

Diferentemente do Pronampe, que tem um Fundo Garantidor de Operações (fundo que cobre eventuais inadimplências) abastecido com aportes do Tesouro Nacional, o PEC não terá garantias da União. Os financiamentos do novo programa serão inteiramente bancados pelas instituições financeiras, com taxas definidas em livre negociação.

Wellton Máximo/ABR

Midway Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.511.180/0001-08

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se mencionado de outra forma)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa							
Ativo	Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019		
Circulante															
Caixa e equivalente de caixa	4	26	3	3		9	4.484	4.291				3.271	3.591		
Impostos a recuperar	8	7	7	7		10	(373)	(363)						6	373
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.241	10	10	5	4.111	3.928					7	791	772	
Total do ativo circulante		1.275	10	10		3.954	3.846					5	851	601	
Não Circulante															
Contas a receber – partes relacionadas	5	9.387	6.036	6.036	5	682	530								
Propriedade para investimento	6	40.632	41.005	41.005	7	1.755	964								
Total do ativo não circulante		50.019	47.041	47.041		2.437	1.494								
Total do Ativo		51.294	47.051	47.051		51.294	47.051								
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.													

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado Abrangente			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros	
		Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	acumulados	Total
Lucro líquido do exercício		40.950	–	50	948	–	41.948
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	–	–	3.591	3.591
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	180	–	(180)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	34	(34)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019		40.950	–	230	4.359	–	45.539
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	3.271	3.271
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	164	–	(164)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	31	(31)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	3.076	(3.076)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020		40.950	–	394	7.466	–	48.810
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Midway Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da Pandemia nas Demonstrações Financeiras da Companhia:** O Coronavírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes à importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2020 e 31/12/2019 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo de custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor

justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e as características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 31/12/2019 não existia provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** **Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais decorrentes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do contas a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2020

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1)/ IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não há Impactos
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Não há Impactos
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há Impactos

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de "hedge" ou do instrumento de "hedge".	Não há Impactos
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Não há Impactos

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2020	2019
Banco conta movimento	–	–
Aplicações financeiras (*)	26	3
Total	26	3

(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valores. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber e a Pagar – Partes Relacionadas – a) Contas a receber – partes relacionadas

	2020	2019
Grupo Big Brasil S.A. (a)	12.080	6.637
(-) ajuste a valor presente	(1.452)	(601)
Total	10.628	6.036
Circulante	1.241	–
Total	1.241	–
Não circulante	9.387	6.036
Total	9.387	6.036

(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Big de Torres e Avenida Paraná. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um prazo de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2020 e 31/12/2019 são resumidos a seguir:

	2020	2019
Até um ano	1.319	–
De um a cinco anos	27.171	28.758
De cinco a 10 anos	27.351	30.538
Acima de 10 anos	168.206	183.231
Total	224.047	242.527

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão.

b) Contas pagar – partes relacionadas	2020	2019
Contas a pagar – passivo circulante	42	11
Contas a pagar – passivo não circulante	682	530

(i) Empréstimos a pagar com partes relacionadas:

Empresa cedente	Data de início	Vencimento	2020	2019
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	25/11/2019	13/05/2022	531	525
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	19/12/2019	08/12/2021	5	5
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	10/01/2020	28/06/2022	50	–
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	03/09/2020	20/02/2023	101	–
Total			687	530

Emprestimos a pagar – passivo circulante

Emprestimos a pagar – passivo não circulante	682	530
Total de empréstimos a pagar	687	530

(ii) Refere-se a rateio de despesas a pagar com a parte relacionada "Torch Empreendimentos e Participações S.A."

Contas a pagar parte relacionada – passivo circulante

Contas a pagar parte relacionada – passivo não circulante	37	11
Total contas a pagar	37	11

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$25 e R\$25, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como "Despesas com serviços profissionais".

6. Propriedades para Investimentos	Terrenos	Edificações	Total
Saldo final 31/12/2018	13.178	24.697	37.875
Custo de transação (a)	–	3.493	3.493
Depreciações (*)	–	(363)	(363)
Saldo final 31/12/2019	13.178	27.827	41.005
Depreciações (*)	–	(373)	(373)
Saldo final 31/12/2020	13.178	27.454	40.632

(a) refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40 parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2020 é de R\$84.217 apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização ("cap rate") de 8,00% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Imóvel	Localização
BIG Torres	Avenida Comend Franco, 3449, Curitiba/PR
BIG Avenida Paraná	Rua Parana,1250, Curitiba/PR

7. Impostos e Contribuições Diferidos	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	1.314	722
PIS e COFINS diferido (b)	441	242
Subtotal	1.755	964
Impostos sobre outras receitas	–	5
Total	1.755	969

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.271	3.591
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação	6	373
Impostos e contribuições diferidos	7	791
Ajuste a valor presente	5	851
Total	5.286	5.327

Variáveis nos ativos e passivos	2020	2019
Impostos a recuperar e pagar	(6)	23
Partes relacionadas	(5.443)	(5.314)
Contas a pagar	4	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(25)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(159)	11
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos – partes relacionadas	5	183
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	183	530
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Impostos de transferência de propriedade na aquisição	6	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	–	(3.493)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	23	(2.952)
Saldo no início do período	3	2.955
Saldo no fim do período	26	3
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	23	(2.952)

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$1.755 em

... continuação

Midway Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Midway Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Midway Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais res-

ponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razo-

ável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ Concluímos

sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26/07/2021

Deloitte Touche Tohmatsu **Vagner Ricardo Alves**
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Receita deposita dinheiro do 3º lote do IR 2021 nesta sexta



A Receita Federal deposita, nesta sexta-feira (30), o dinheiro do terceiro lote de restituições do Imposto de Renda 2021. O dinheiro será pago a 5,068 milhões de contribuintes que têm direito aos valores. Do total, 4,9 milhões entregaram o IR até 18 de maio. O restante faz parte do público prioritário ou de lotes residuais de anos anteriores.

Para saber se terá o dinheiro, o cidadão pode fazer a consulta no site da Receita Federal (www.gov.br/receita-federal). O dinheiro será depositado na conta informada pelo contribuinte ao entregar a declaração do Imposto de Renda.

Quem, por algum motivo, teve a conta cancelada ou bloqueada, é possível receber a grana no Banco do Brasil. O dinheiro da restituição ficará disponível por até um ano na instituição. Neste caso, é preciso agendar o crédito no Por-

tal BB, no endereço <https://www.bb.com.br/irpf>.

Também dá para fazer o agendamento ligando para a central de relacionamento do Banco do Brasil por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Quem comete erros na hora de declarar o imposto pode cair na malha fina. Com isso, não recebe a restituição enquanto não corrigir a pendência. Já os contribuintes que enviaram uma declaração retificadora vão para o fim da fila de restituição.

A melhor forma de saber se está tudo em ordem com a declaração do IR e garantir o pagamento da restituição ainda neste ano é acompanhar a declaração por meio do Portal e-CAC, que é o centro virtual de atendimento da Receita.

Para isso, o contribuinte deve ter uma senha de aces-

so. A senha é gerada ao informar o número dos recibos de declarações de 2020 e 2021. Casos esteja declarando pela primeira vez, o código é gerado com apenas o recibo deste ano. Também dá para acessar o e-CAC com a senha do portal gov.br.

No e-CAC, a consulta é feita em "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)", do lado esquerdo da tela, acima. Na próxima página, bem acima, aparecerá os anos de entrega de declaração. A de 2021 é a primeira da esquerda. Clique sobre ela para ver as informações.

Se estiver tudo certo com seu IR, o campo de 2021 estará verde. Quando a declaração já foi processada e está tudo correto com o documento, ele segue para o status "Em Fila de Restituição". Isso significa que o dinheiro será pago em breve, nos próximos dois lotes.

Cristiane Garcia/Folhapress

Garonne Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.757.564/0001-50 - NIRE 35.300.567.625

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021

1. **Data, Hora e Local:** No dia 28 de julho de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Garonne Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, conjunto 144, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("Companhia"). 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação dos acionistas, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Artur Martins de Figueiredo; Secretário: Sr. Luis Fernando de Almeida. 4. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (a) a 1ª (primeira) emissão pela Companhia de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória; (b) aprovação de garantias a serem outorgadas pela Aventure Strategic Partners LLP, sociedade constituída de acordo com as leis da Inglaterra, inscrita no CNPJ sob o nº 40.764.133/0001-59 ("Aventure"), e Garonne Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob nº 42.699.631/0001-90 ("FIP Garonne"); e (c) outras matérias relacionadas à deliberação proposta acima. 5. **Deliberações:** Após análise das matérias e documentos relativos à Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições, deliberaram por: (a) aprovar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada ("Primeira Emissão" e "Debêntures"), nos termos dispostos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Para Colocação Privada da Garonne Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), com as seguintes características: (i) Séries: duas; (ii) Emissão: primeira emissão; (iii) Valor Total de Emissão: o valor total da emissão será de R\$ 486.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis milhões de reais), sendo a primeira série no montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Primeira Série") e a segunda série no montante de R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais) ("Segunda Série"); (iv) Quantidade: serão emitidas 486.000 (quatrocentos e oitenta e seis mil) Debêntures, na Data de Emissão, sendo 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série e 86.000 (oitenta e seis mil) Debêntures emitidas na Segunda Série; (v) Espécie: com garantia real, com garantia adicional fidejussória; (vi) Data de Emissão: 28 de julho de 2021; (vii) Prazo de Vencimento: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e de resgate total antecipado facultativo das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de julho de 2023 ("Data de Vencimento"); (viii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000 (mil reais) na Data de Emissão; (ix) Destinação: os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados à aquisição de quotas do Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob nº 35.788.095/0001-34 e ao pagamento de todos e quaisquer custos da operação; (x) Colocação e Plano de Distribuição: as Debêntures serão objeto de colocação privada no Brasil e serão integralmente subscritas pelo FIDC PRI03 Margin Loan - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob nº 40.365.982/0001-30 ("Debenturista"), não havendo plano de distribuição de valores mobiliários e/ou a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; (xi) Forma e Preço de Integralização: as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo produto de 82,3046% (oitenta e dois inteiros, três mil e quarenta e seis décimos de milésimo por cento) e do Valor Nominal Unitário; (xii) Remuneração: (a) Remuneração Primeira Série: juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) Remuneração Segunda Série: juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (xiii) Pagamento do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado na Data de Vencimento, na data de amortização extraordinária ou na data de resgate antecipado, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão; (xiv) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá resgatar antecipada e facultativamente a totalidade das Debêntures, desde que comunicado ao Debenturista com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, sendo vedado o resgate antecipado parcial, sendo vedado o resgate isoladamente da Primeira Série ou Segunda Série; (xv) Amortização Extraordinária Parcial: sem prejuízo do pagamento da Remuneração das Debêntures, a Companhia poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures desde que comunicado ao Debenturista e ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis e sujeito ao valor mínimo de amortização de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por rata a quantidade de Debêntures da Primeira Série e Segunda Série; (xvi) Registro para Negociação: não haverá. As Debêntures não poderão ser negociadas publicamente no mercado secundário; (xvii) Hora e Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia serão realizados pela Companhia na forma da Cláusula 5.24 da Escritura de Emissão; (xviii) Garantias Reais: presente nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; (xix) Garantia Flutuante: não haverá; (xx) Garantia Fidejussória (Fiança): prestadas por Aventure e pelo FIP Garonne; (xxi) Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações ou outros valores mobiliários; (b) autorizar as seguintes garantias das Debêntures: (a) garantia adicional fidejussória estrangeira regida pelas leis da Inglaterra, (b) Fiança prestada pela Aventure e FIP Garonne no âmbito da Escritura de Emissão, (c) alienação fiduciária de ações detidas pela Aventure de emissão da Petro Rio S.A., sociedade por ações com sede no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 1 andar Parte, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 10.629.105/0001-68, por meio do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre a Companhia, a Aventure, o FIP Garonne, o Debenturista e a Simplifit Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.277.994/0004-01 ("Agente Fiduciário"), e (d) cessão fiduciária de direitos creditórios relativos à conta vinculada, por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantias e Outras Avenças" celebrado entre a Companhia, a Aventure, o FIP Garonne, o Debenturista e o Agente Fiduciário; (c) autorizar quaisquer medidas tomadas e que venham a ser tomadas e/ou ratificar quaisquer negociações realizadas e/ou que venham a ser realizadas pela Diretoria da Companhia necessárias à formalização das matérias tratadas nos itens acima, com relação a todos os termos e condições aplicáveis à Escritura de Emissão e todos os demais documentos relacionados a operação, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários a emissão das Debêntures nos termos previstos na Escritura de Emissão, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando, a procurações e aditamentos aos instrumentos e contratos a serem formalizados. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. 7. **Assinaturas:** Mesa: Artur Martins de Figueiredo Presidente; Luis Fernando de Almeida Secretário. Acionista: Garonne Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Espraiado Florestal S.A.

CNPJ/ME nº 30.646.801/0001-90 - NIRE 35.300.517.407

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data e Hora: 10/06/2019. **Local:** na sede social na rua Henrique Monteiro, nº 90, 7º andar, São Paulo-SP. **Presentes:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme lista de presença. **Convocação:** Dispensada face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Emília Teixeira de Paula Machado; Secretário: Victor Brandão Teixeira. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade, depois de examinados: (1) em matéria ordinária: o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicadas na edição de 01/03/2019 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" na página 93 e no jornal "Empresas & Negócios" na página 5; (2) em matéria extraordinária: a transferência da sede social para o imóvel próprio inscrito na RFB sob nº 4292137 e no INGRA sob cadastro 443.077.007.013-8, situado em Minas Gerais, no município de Bom Jardim de Minas, zona rural, na propriedade denominada "Gleba Espraiado", na estrada que da sede do município de Bom Jardim de Minas demanda ao bairro denominado "Espraiado"; (3) Nomear e constituir como bastante procurador da empresa, para providenciar o registro e averbação desta Assembleia Geral, as inscrições e demais providências necessárias à alteração da sede ora deliberada, o Sr. Victor Brandão Teixeira, inscrito na OAB/SP-26.168 e no CPF 528.162.498-91, conferindo-lhe os poderes da cláusula *ad judicia* e *extra* para representar a empresa perante todas as repartições fiscais e administrativas, podendo requerer, inscrever a empresa como contribuinte, indicar endereço, cadastrar, proceder ao registro digital, solicitar emissão de talonário fiscal, e praticar todos os atos convenientes ao fiel desempenho deste mandato. Assim, aprovadas as deliberações tomadas, fizeram lavrar a presente ata. **Lavratura e Leitura de Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata e vai assinada pela Presidente e pelo Secretário. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro próprio. Victor Brandão Teixeira. JUCESP - Registrado sob o nº 334.916/19-7 em 26/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

Bulge Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.511.326/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de julho de 2021. A Administração

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa						
		Nota explicativa	2020	2019			Nota explicativa	2020	2019			Nota explicativa	2020	2019
Ativo Circulante					Receita Líquida	9	11.183	10.948			Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.328	1.615	Contas a pagar	16	2			Lucro líquido do exercício		8.203	8.822		
Impostos a recuperar		13	12	Contas a pagar – partes relacionadas	3	–			Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Outras contas a receber – partes relacionadas	5	101	–	Total do passivo circulante	19	2			Depreciação	6	1.127	1.202		
Contas a receber – partes relacionadas	5	2.897	–	Não Circulante					Baixa de imobilizado	6	48	–		
Total do ativo circulante		4.339	1.627	Impostos e contribuições diferidos	7	4.099	2.464		Impostos e contribuições diferidos	7	1.969	1.972		
Ativo Não Circulante				Total do passivo não circulante		4.099	2.464		Ajuste a valor presente	5	2.014	1.532		
Contas a receber – partes relacionadas	5	21.917	15.403	Patrimônio Líquido	8				Total		13.361	13.528		
Propriedade para investimento	6	125.572	135.677	Capital social subscrito		128.182	138.917		Varições nos ativos e passivos:					
Total do ativo não circulante		147.489	151.080	Reserva de lucros		19.527	11.324		Impostos a recuperar e a pagar		(1)	47		
Total do Ativo		151.828	152.707	Total do patrimônio líquido		147.709	150.241		Outras contas a receber – partes relacionadas		(101)	–		
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		151.828	152.707		Partes relacionadas		(13.561)	(13.586)		
									Contas a pagar		14	–		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Total
			Reserva legal	Lucros acumulados	
Lucro líquido do exercício		138.917	125	2.377	141.419
Constituição de reserva legal	8.b	–	441	–	8.822
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	84	(84)
Retenção do lucro do exercício		–	–	8.297	(8.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		138.917	566	10.758	150.241
Cisão parcial	1.1	(10.735)	–	–	(10.735)
Lucro líquido do exercício		–	–	8.203	8.203
Constituição de reserva legal	8.b	–	410	–	(410)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	78	(78)
Retenção do lucro do exercício		–	–	7.715	(7.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		128.182	976	18.551	147.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Bulge Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Reorganização Societária:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/10/2020, os acionistas deliberaram a operação de cisão parcial, por meio da transferência de bens, direitos e obrigações com a versão da parcela cindida para a empresa Stanligrado Empreendimentos e Participações S.A. Os principais saldos, com base no laudo de 30/09/2020, estão apresentados resumidamente a seguir:

Ativo Circulante:		2020	2019
Contas a receber		2.294	(155)
(-) Ajuste a Valor Presente – Aluguéis a receber		(155)	–
Total do ativo circulante		2.139	–
Ativo Não Circulante		2020	2019
Imóveis – custo de aquisição		7.897	–
Terenos – custo de aquisição		1.243	(211)
Imóveis (-) depreciação		(8.929)	–
Total do ativo não circulante		8.929	–
Passivo Circulante:		2020	2019
Impostos diferidos		333	–
Total do passivo não circulante		333	–
Acevo líquido cindido		10.735	–

Em virtude da Cisão Parcial, a redução do capital social da Companhia em R\$10.735 mil, sem que haja o cancelamento de ações de modo que o capital social da Companhia passa de R\$138.917 mil para R\$128.182 mil, dividido em R\$138.917,351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **1.2. Impactos da Pandemia nas Demonstrações Financeiras da Companhia:** O Coronavírus, “Covid-19” foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando o registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes à importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.3. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo Das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tem em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, 31/12/2020 e dezembro de 2019 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo de custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arren-

dos. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

7. Impostos e Contribuições Diferidos

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	3.069	1.843
PIS e COFINS diferido (b)	1.029	618
Subtotal	4.098	2.461
Impostos sobre outras receitas	1	3
Total	4.099	2.464

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$4.098 em 31/12/2020 (R\$2.461 em 31/12/2019). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal.

8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31/12/2020, o capital social integralizado é de R\$128.182 e está representado por 138.917,351 ações ordinárias. O capital social da companhia foi reduzido em R\$10.735 via cisão parcial de ativos e passivos que foram incorporados pela Stanligrado Empreendimentos e Participações S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 e dezembro de 2019 o saldo dessa reserva é de R\$976 e R\$566, respectivamente. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 25/09/2020, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária, deliberou pela manutenção do lucro do exercício de 2019, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente dispensado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

9. Receita Líquida

	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis	13.564	13.568
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)	(495)	(495)
(-) Ajuste a valor presente	(1.886)	(2.125)
Total	11.183	10.948

10. Custos e Despesas por Natureza

	2020	2019
Depreciação	1.127	1.202
Despesas com serviços profissionais	25	25
Despesas com honorários profissionais (a)	243	235
Total	1.395	1.462

Atribuível a:

	2020	2019
Custo dos serviços prestados	1.127	1.202
Despesas gerais e administrativas	268	260
Total	1.395	1.462

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade e serviços advocatícios.

11. Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração: Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartidas dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para obter retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Resultado Financeiro, Líquido – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras	38	280
Ajuste a valor presente (*)	(128)	592
Total	90	872

(*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber. Devido postergação da carência em mais 12 meses, houve impactos no cálculo de AVP, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

13. Resultado por Ação

	2020	2019
Numerador básico/diluído		
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	8.203	8.822
Denominador básico/diluído		
Ações ordinárias	138.917,351	138.917,351
Número médio ponderado de ações em circulação	138.917,351	138.917,351
Lucro líquido por ação básico – R\$	0,06	0,06

continua...

... continuação

14. Transações não Caixa – Entre 01/01/2020 e 31/12/2020 a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: Redução de capital via cisão e entrega de bens para parte relacionada

Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A., conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 6.

15. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos

Bulge Empreendimentos e Participações S.A. sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

Cobertura	Vigência início	Vigência término
Danos materiais (DM)	217.241	29/09/2020
		29/03/2022

A Diretoria
Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bulge Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bulge Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evi-

dência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu **Wagner Ricardo Alves**
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 215.739/O-9 **Deloitte.**

Caged: Brasil gera 309 mil empregos formais em junho



O Brasil gerou 309.114 postos de trabalho em junho deste ano, resultado de 1.601.001 admissões e de 1.291.887 desligamentos de empregos com carteira assinada. No acumulado de 2021, o saldo positivo é de 1.536.717 novos trabalhadores no mercado formal. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou ontem (29) as Estatísticas Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 40.899.685, em junho, o que representa uma variação de 0,76% em relação ao mês anterior.

De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, é a primeira vez desde a crise de 2015 que o país ultrapassa

o patamar de mais de 40 milhões de postos formais de trabalho. Ele acredita que a retomada da economia brasileira e o retorno seguro ao trabalho continuarão em ritmo acelerado com o avanço da vacinação da população contra covid-19, em especial nos setores de serviços e comércio, os mais afetados pelas medidas de enfrentamento à crise sanitária.

A próxima divulgação do Caged já deve acontecer sob o comando do ministro Onyx Lorenzoni, que vai assumir o Ministério do Trabalho e Previdência, que está sendo recriado. Guedes destacou que a equipe da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que hoje está na Economia, seguirá o trabalho na nova pasta.

Segundo ele, o foco será a geração de oportunidades de trabalho aos jovens e formali-

zação de cerca de 38 milhões de trabalhadores informais que hoje recebem o auxílio emergencial do governo. Em breve, ainda de acordo com Guedes, serão lançados novos programas, como o serviço social voluntário e os bônus de inclusão produtiva (BIP) e de incentivo à qualificação profissional (BIQ).

“Tememos muito o efeito cicatriz, que é a mutilação de uma geração em função de uma pandemia dessa, já no setor educacional, já temos esse receio no setor educacional. E queremos, então, acelerar a absorção desses jovens, seja com treinamento de qualificação profissional, seja com serviço social voluntário para que eles se preparem para o mercado formal de trabalho”, disse o ministro, durante coletiva virtual para divulgar os dados do Caged.

Andreia Verdúlio/ABR

Vendas da indústria paulista registram queda de 0,2%

As vendas reais da indústria paulista caíram 0,2% entre maio e junho, revela o Levantamento de Conjuntura, divulgado ontem (29) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp). Segundo o relatório, a produção aumentou 0,4% e o nível de utilização da capacidade instalada cresceu 0,5 ponto percentual, atingindo 80,5%, marca superior à média da série histórica da indústria paulista (79,4%).

De acordo com o levantamento, no segundo trimestre deste ano, as horas trabalhadas na produção fecharam com redução de 0,6%, e as vendas reais recuaram 2,7% na comparação com o primeiro trimestre. Com relação ao segundo trimestre do ano passado, as horas trabalhadas na produção caíram 18,1% e 17,5% nas vendas reais.

Conforme a Fiesp, a expectativa para o segundo semestre do ano é de aceleração

do ritmo de recuperação na produção e no faturamento da indústria no estado.

Os fatores que poderão contribuir para isso são o setor externo em forte expansão, a renovação do auxílio emergencial, o uso da poupança acumulada em 2020, o avanço do processo de vacinação contra a covid-19 e o baixo nível de estoques do setor.

O sensor de julho fechou em 51,6 pontos, resultado que mantém o indicador no campo de expansão (acima de 50 pontos). A avaliação geral das condições de mercado teve queda e fechou em 48,8 pontos em julho. O índice de vendas atingiu 51 pontos, mantendo-se também em expansão.

Segundo os dados, os níveis de estoque continuam abaixo do planejado, fechando em 58 pontos. O item emprego obteve 50,6 em julho, e o investimento fechou em 55,0 pontos, apontando para a manutenção da trajetória de recuperação da indústria paulista em julho. Flávia Albuquerque/ABR



Overlord Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.509.654/0001-79

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de julho de 2021. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa							
Ativo	Nota explicativa	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2020	2019	Receita Líquida	Nota explicativa	2020	2019	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	2020	2019
			Reapresentado				Reapresentado				Reapresentado				Reapresentado
Circulante				Circulante				10 3.999		4.172		Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalente de caixa	4	386	1.276	Contas a pagar		21	2	Custo dos serviços prestados	11	(175)	(286)	Lucro líquido do exercício		3.042	1.269
Impostos a recuperar		5	3	Contas a pagar – partes relacionadas		3	–	Lucro bruto		3.824	3.886	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período			
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.107	–	Tributos e contribuições a recolher		6	6	Despesas gerais e administrativas	11	(190)	(2.341)	com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Total do ativo circulante		1.498	1.279	Total do passivo circulante		31	8	Resultado operacional		3.634	1.545	Depreciação	6	175	286
				Não Circulante				Resultado financeiro	13	(56)	300	Impostos e contribuições diferidos	7	705	741
Não Circulante				Impostos e contribuições diferidos	8	1.565	860	Resultado Antes do IRPJ e CSLL		(56)	300	Baixa de impostos diferidos	7	–	(75)
Contas a receber – partes relacionadas	5	9.310	5.585	Total do passivo não circulante		1.565	860	Resultado antes do IRPJ e CSLL		3.578	1.845	Perda com alienação de propriedade			
Propriedade para investimento	7	19.694	19.694	Patrimônio Líquido	9	–	–	Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(536)	(576)	para investimento	6	–	1.801
Total do ativo não circulante		28.829	25.279	Capital social subscrito		23.411	23.411	Lucro Líquido do Exercício		3.042	1.269	Ajuste a valor presente	5	760	536
				Reserva de lucros		5.320	2.279	Lucro líquido por ações (média ponderada do período – R\$)				4.682		4.558	
Total do Ativo		30.327	26.558	Total do patrimônio líquido		28.734	25.690	Básico e diluído	14	0,13	0,05	4.682		4.558	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		30.327	26.558								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31/12/2018	Nota explicativa	Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Acevo Líquido Cindido	8.a	(11.600)	–	–	–	–	(11.600)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.269	1.269
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	63	–	(63)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	12	(12)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	1.193	(1.193)	–
Saldos em 31/12/2019 reapresentado		23.411		114	2.165	–	25.690
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	3.042	3.042
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	152	–	(152)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	29	(29)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	2.861	(2.861)	–
Saldos em 31/12/2020		23.411		267	5.054	–	28.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Overlord Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da companhia:** O Coronavírus, “Covid-19” foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Reapresentação dos Saldos Contábeis – Os valores correspondentes as demonstrações financeiras do balanço patrimonial demonstração do resultado, de resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31/12/2019, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. No exercício de 2020, a Sociedade identificou a necessidade de ajustar os seguintes saldos contábeis: (a) os valores registrados como Receitas de Aluguéis e Ajuste a Valor Presente no ativo de aluguéis a receber e (b) os ajustes registrados nas Propriedades para Investimento decorrente da baixa indevida de ITBI. Os valores foram reconhecidos retrospectivamente e os saldos de aluguéis a receber, imóveis e lucros acumulados foram ajustados e reapresentados. As tabelas a seguir demonstram os impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade:

Balanço Patrimonial para exercícios findos em 31/12/2019			
(Em milhares de reais – R\$)			
Ativo	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Total do circulante	1.279	–	1.279
Não Circulante			
Contas a receber – partes relacionadas (a)	5.515	70	5.585
Propriedade para investimento (b)	19.397	297	19.694
Total do ativo não circulante	24.912	367	25.279
Total do Ativo	26.191	367	26.558
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Total do passivo circulante	8	–	8
Não Circulante			
Total do passivo não circulante	860	–	860
Patrimônio Líquido			
Capital social subscrito	23.411	–	23.411
Reserva de lucros	1.912	367	2.279
Total do patrimônio líquido	25.323	367	25.690
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	26.191	367	26.558
Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31/12/2019			
(Em milhares de reais – R\$)			
	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida (a)	4.075	97	4.172
Custo dos serviços prestados	(286)	–	(286)
Lucro bruto	3.789	97	3.886
Despesas gerais e administrativas (b)	(2.638)	297	(2.341)
Resultado operacional	1.151	394	1.545
Resultado financeiro (a)	327	(27)	300
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.478	367	1.845
IRPJ e CSLL	(576)	–	(576)
Lucro líquido do exercício	902	367	1.269
Lucro líquido por ações (média ponderada do período – R\$)			
Básico e diluído	0,04		0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro do exercício	3.042	1.269
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	3.042	1.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 31/12/2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro: Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste a valor presente do contas a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2020

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1)/ IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuíam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não há Impactos
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Não há Impactos
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há Impactos
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Não há Impactos
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Não há Impactos
5. Caixa e Equivalentes de Caixa		2020 2019
Banco conta movimento		–
Aplicações financeiras (*)		386
Total		386

(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valores. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Contas a Receber – Partes Relacionadas

	2020	2019
Contas a receber (a):		
Grupo Big Brasil S.A.	10.773	5.919
(-) Ajuste a valor presente	(1.295)	(536)
Circulante	1.107	–
Não circulante	8.371	5.383
Subtotal	9.478	5.383
Contas a receber – empréstimo com parte relacionadas (b)	939	202
Total contas a receber	10.417	5.585

a) Contas a receber: Contas a receber relacionadas aos contratos de locação de imóveis das lojas Big de Mogi-Guaçu, Araras, Piracicaba, Guarapuava e Limeira. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2020 e 31/12/2019 são resumidos a seguir:

	2020	2019
Até um ano	1.177	–
De um a cinco anos	24.230	25.645
De cinco a 10 anos	24.390	27.232
Acima de 10 anos	149.996	163.395
Total	199.793	244.557

b) Empréstimos com partes relacionadas: A Companhia tem direito sobre os seguintes empréstimos concedidos:

Empresa mutuária	Data de início	Vencimento	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	21/08/2019	06/02/2022	102	101
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	13/09/2019	01/03/2022	102	101
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	27/04/2020	14/10/2022	51	–
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	19/06/2020	06/12/2022	30	–
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	27/08/2020	13/02/2023	101	–
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	03/09/2020	20/02/2023	101	–
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	24/09/2020	13/03/2023	302	–
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	25/09/2020	14/03/2023	50	–
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	16/11/2020	05/05/2023	50	–
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	18/11/2020	07/05/2023	50	–
			939	202

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$25 e R\$25, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 11 como “Despesas com serviços profissionais”.

7. Propriedades para Investimentos

Saldo final 31/12/2018	Terrenos	Edificações	Total
Saldo final 31/12/2018	11.067	22.397	33.464
Baixa por alienação de propriedade (a)	(4.443)	(10.358)	(14.801)
Custo de transação (b)	–	1.317	1.317
Depreciações (*)	–	(286)	(286)
Saldo final 31/12/2019 Reapresentado	6.624	13.070	19.694
Depreciações (*)	–	(175)	(175)
Saldo final 31/12/2020	6.624	12.895	19.519

(a) em 17/07/2019 a Companhia realizou a venda do Imóvel localizado em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, pelo montante de R\$13.000, recebido integralmente até outubro de

... continuação		Aliquota nominal		2020		2019	
Receita bruta de aluguel de imóveis		4.854	5.101	32%	32%	1.553	1.632
Fator de presunção							
Lucro presumido							
Tributos sobre o lucro presumido:							
Imposto de renda	25%	388	408				
Contribuição social	9%	140	147				
Total de imposto de renda e a contribuição social diferido (A)		528	555				
Tributos correntes sobre outras receitas:							
Base de cálculo		33	87				
Imposto de renda	15%	5	13				
Contribuição social	9%	3	8				
Total de imposto de renda e a contribuição social corrente (B)		8	21				
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)		536	576				
b) PIS e COFINS diferido		2020	2019				
Receita bruta de aluguel de imóveis		4.854	5.101				
Aliquota de PIS e COFINS		3,65%	3,65%				
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos		177	186				
9. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31/12/2020 o capital social integralizado é de R\$23.411 e está representado por 35.011.096 ações ordinárias. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o saldo dessa reserva é de R\$267 e R\$116, respectivamente. c) Dividendos: O estatuto social da Companhia							
		2020	2019				
Receita bruta de aluguel de imóveis		4.854	5.101				
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)		(177)	(186)				
(-) Ajuste a valor presente		(678)	(743)				
10. Receita Líquida		3.999	4.172				
11. Custos e Despesas por Natureza		2020	2019				
Depreciação		175	286				
Despesas com serviços profissionais		25	25				
Perda com alienação de propriedade para investimento (a)		–	1.801				
Baixa de despesas de impostos (b)		–	(75)				
Baixa de contas a receber (b)		–	513				
Despesas com honorários profissionais (c)		165	77				
Atribuível a:		365	2.627				
Custo dos serviços prestados		175	286				
Despesas gerais e administrativas		190	2.341				
		365	2.627				

Governo volta a ter déficit no ano com rombo de R\$ 53,6 bi no semestre



As contas do governo central (que incluem Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) registraram um déficit primário de R\$ 53,6 bilhões no primeiro semestre, voltando a ficar no vermelho após um período de superávit no acumulado até maio.

Esse é o terceiro maior déficit para o primeiro semestre na série histórica (iniciada em 1997), já considerando dados atualizados pela inflação.

Apesar disso, o rombo no semestre é 65% menor (em termos reais) do que no mesmo período do ano passado. A diminuição decorre da desaceleração das despesas ligadas à pandemia e da expansão das receitas federais na comparação com o ano passado.

O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (29), mostra que a receita líquida subiu 57% (para R\$ 731,9 milhões) no semestre na comparação com o mesmo período de um ano atrás. Enquanto isso, as despesas caíram 34% (para R\$ 785,6 milhões).

No ano passado, o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e o governo executava medidas com impacto fiscal mais forte -como o auxílio emergencial maior e adiamentos de impostos mais amplos.

Somente em junho, o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 73,5 bilhões, queda real de 65% frente a junho de 2020.

O Tesouro lembrou em nota que o Brasil é um dos países emergentes com maior endividamento público e apresenta resultado fiscal deficitário desde 2014.

Por isso, afirma que, “apesar dos avanços recentes no desempenho da arrecadação, o país ainda dispõe de um caminho a ser percorrido para alcançar níveis prudentes de endividamento”.

“É fundamental a manutenção do processo de consolidação fiscal para que seja possível convergir o endividamento público brasileiro para níveis prudentes e garantir os fundamentos para o crescimento econômico sustentável”, afirma o Tesouro.

Fábio Pupo/Folhapress

TCU aprova concessão da via Dutra e da Rio Santos

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de concessão da rodovia BR-116/101/SP/RJ, a via Dutra, no trecho que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O tribunal também aprovou o projeto de concessão à iniciativa privada da BR-101, a Rio-Santos, que vai de Santos ao Rio de Janeiro. A aprovação pelo TCU é a última etapa antes da publicação do edital de concessão. No total, as duas concessões somam 625,8 km que serão administrados pelo vencedor do leilão, ainda sem data prevista. A expectativa é que o certame ocorra no quarto trimestre deste ano.

Na sessão de quadro (28), a Corte aprovou os estudos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No total, estão previstos R\$ 14,8 bilhões em investimentos por parte da iniciativa privada para ampliação de capacidade, com duplicações, implantação de terceiras e quartas faixas, vias marginais, entre outras melhorias.

Na rodovia BR-116/RJ/SP, são 364 quilômetros de pistas entre o município de Seropédica (RJ) e o entroncamento com a BR-381/SP-01 (Marginal Tietê), em São Paulo (SP). Enquanto na BR-101/RJ/SP, são 271,7 quilômetros, desde o município do Rio de Janeiro (RJ) até Ubatuba (SP).

Luciano Nascimento/ABR



Kursk Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.509.605/0001-36

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de julho de 2021. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 2019, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

Balanços Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa						
Ativo	Nota explicativa	2020	2019	Receita Líquida	Nota explicativa	2020	2019	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2020	2019	
Circulante				Custo dos Serviços Prestados				Lucro líquido do exercício		2.876	3.123	
Caixa e equivalente de caixa	4	32	53	Lucro Bruto	9	4.131	3.953	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Impostos a recuperar		3	2	Despesas gerais e administrativas	10	(438)	(463)	Depreciação		6	438	
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.143	55	Resultado Operacional		3.693	3.490	Impostos e contribuições diferidos		7	729	
Total do ativo circulante		1.178	55	Resultado financeiro		(83)	(77)	Ajuste a valor presente		5	784	
				Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		3.422	3.665	Variações nos ativos e passivos:				
Não Circulante				Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(546)	(542)	Impostos a recuperar e a pagar		(1)	6	
Contas a receber – partes relacionadas	5	8.648	5.561	Lucro Líquido do Exercício		2.876	3.123	Partes relacionadas a receber		(5.014)	(4.908)	
Propriedade para investimento	6	67.943	68.033	Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$):				Partes relacionadas a pagar		506	–	
Total do ativo não circulante		76.591	73.594	Básico e diluído		13	0,04	0,05	Contas a pagar		9	–
Total do Ativo		77.769	73.649	Atas notacionais são parte integrante das demonstrações financeiras.				Pagamento de imposto de renda e contribuição social		–	(9)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Demonstrações do Resultado Abrangente			
Saldo em 31/12/2018	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Lucro líquido do exercício		68.758	44	833	–	69.635
Constituição de reserva legal	8.b	–	156	–	–	3.123
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	30	–	(156)
Retenção do lucro do exercício		–	–	2.937	–	(30)
Saldo em 31/12/2019		68.758	200	3.800	–	72.758
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.876
Constituição de reserva legal	8.b	–	144	–	–	(144)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	27	–	(27)
Retenção do lucro do exercício		–	–	2.705	–	(2.705)
Saldo em 31/12/2020		68.758	344	6.532	–	75.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Kursk Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de cotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Companhia:** O Coronavírus, “COVID-19”, foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes à importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Escolha de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificados como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2020 e dezembro de 2019 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensura-

ção subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela venda dos ativos financeiros. **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. **•** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **•** Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a

Receita Líquida
Custo dos Serviços Prestados
Lucro Bruto
Despesas gerais e administrativas
Resultado Operacional
Resultado financeiro

Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social
Imposto de Renda e Contribuição Social
Lucro Líquido do Exercício
Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$):
Básico e diluído

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
Lucro líquido do exercício
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:
Depreciação
Impostos e contribuições diferidos
Ajuste a valor presente

Variações nos ativos e passivos:
Impostos a recuperar e a pagar
Partes relacionadas a receber
Partes relacionadas a pagar
Contas a pagar
Pagamento de imposto de renda e contribuição social
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
Imposto de transferência de propriedade na aquisição
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa
Saldo no início do período
Saldo no fim do período
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa

9. Receita Líquida
Receita bruta de aluguel de imóveis
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)
(-) Ajuste a valor presente

10. Custos e Despesas por Natureza
Depreciação
Despesas com serviços profissionais
Despesas com honorários profissionais (a)

Atribuível a:
Custo dos serviços prestados
Despesas gerais e administrativas

11. Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração: Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os alugueis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegura a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2020	2019
Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras	1	38
Ajuste a valor presente (*)	(84)	241
	(83)	252
Resultado por Ação		
Numerador básico/diluído	2.876	3.123
Denominador básico/diluído	68.758.368	68.758.368
Ações ordinárias	68.758.368	68.758.368
Número médio ponderado de ações em circulação	68.758.368	68.758.368
Lucro líquido por ação básico – R\$	0,04	0,05

12. Resultado Financeiro, Líquido – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

A Diretoria
Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Kursk Empreendimentos e Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Kursk Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kursk Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente-

... continuação

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

Kursk Empreendimentos e Participações S.A.

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Onyx quer priorizar regulação de trabalho da economia digital



A decisão do presidente Jair Bolsonaro de recriar o Ministério do Trabalho e Previdência deve, na avaliação de técnicos da pasta, dar mais celeridade a projetos da área. Entre os principais temas está a economia digital.

Antes, assuntos trabalhistas e previdenciários eram tratados por uma secretaria que estava dentro da estrutura do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

À frente do novo ministério estará Onyx Lorenzoni, que deixou o cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. O time do novo ministro deverá focar, por exemplo, os prestadores de serviço por aplicativos de celular.

Com a expectativa de Onyx concorrer ao gover-

no gaúcho em 2022, ele deve deixar a vaga em abril.

Apesar de o ministro ser da ala política do governo, técnicos que estavam trabalhando para Guedes esperam que, com a troca, a área trabalhista e previdenciária ganhe maior relevância no Executivo.

A ideia inicial é apresentar a Onyx os projetos que já estavam em estudo pela equipe. Isso faz parte do processo de transição.

Um dos principais assuntos da nova pasta deve ser como regulamentar relações de trabalho que vêm crescendo principalmente por causa da digitalização, como aplicativos de iFood, Quinto Andar, entre outros.

Há empresas em diversos ramos, como aluguel de imóveis, venda de carros, serviços domésticos, entre outros. Esse modelo tem tomado

uma fatia cada vez maior do mercado e representa uma renda flexível e, às vezes, de mais fácil acesso a pessoas que buscam emprego.

Por isso, o governo discute uma forma de torná-los trabalhadores formais.

Uma das hipóteses é alterar as normas do MEI (microempreendedor individual) para que esses prestadores de serviço se enquadrem na modalidade. Como MEI, a alíquota de contribuição previdenciária é mais baixa que a de um autônomo ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Assim, esses trabalhadores passam a ter proteção da Previdência, por exemplo, em caso de doença (auxílio-doença), além de fazerem parte do sistema de aposentadoria.

Thiago Resende/Folhapress

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,0676 / R\$ 5,0682 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0770 / R\$ 5,0790 *
Turismo - R\$ 5,0570 /
R\$ 5,2400

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,60%

OURO BM&F
R\$ 295,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,48%
Pontos: 125.675
Volume financeiro:
R\$ 28,087 bilhões
Maiores altas: Companhia Siderúrgica Nacional ON (5,62%), Multiplan ON (5,36%), Iguatemi ON (3,27%)
Maiores baixas: Pão de Açúcar ON (-7,40%), WEG ON (-2,88%), Cogna Educação ON (-2,88%)

S&P 500 (Nova York):
0,42%

Dow Jones (Nova York):
0,44%

Nasdaq (Nova York):
0,11%

CAC 40 (Paris): 0,37%

Dax 30 (Frankfurt):
0,45%

Financial 100 (Londres):
0,88%

Nikkei 225 (Tóquio):
0,73%

Hang Seng (Hong Kong):
3,30%

Shanghai Composite (Xangai): 1,49%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,89%
Merval (Buenos Aires): 1,15%
IPC (México): 0,57%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE

Junho 2020: 0,26%

Julho 2020: 0,36%

Agosto 2020: 0,24%

Setembro 2020: 0,64

Outubro 2020: 0,86%

Novembro 2020: 0,89%

Dezembro 2020: 1,35%

Janeiro 2021: 0,25%

Fevereiro 2021: 0,86%

Março 2021: 0,93%

Abril 2021: 0,31%

Maio 2021: 0,83%

Junho 2021: 0,53%

INPC/IBGE

Junho 2020: 0,30%

Julho 2020: 0,44%

Agosto 2020: 0,36%

Setembro 2020: 0,87%

Outubro 2020: 0,89%

Novembro 2020: 0,95%

Dezembro 2020: 1,46%

Janeiro 2021: 0,27%

Fevereiro: 0,82%

Março 2021: 0,86%

Abril 2021: 0,38%

Maio 2021: 0,96%

Junho 2021: 0,60%

IPC/Fipe

Agosto 2020: 0,78%

Setembro 2020: 1,12%

Outubro 2020: 1,19%

Novembro 2020: 1,03%

Dezembro 2020: 0,79%

Janeiro 2021: 0,86%

Fevereiro 2021: 0,23%

Março 2021: 0,71%

Abril 2021: 0,44%

Maio 2021: 0,41%

Junho 2021: 0,81%

... continuação

ras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os alugueis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno

aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Resultado Financeiro, Líquido – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras	–	39
Ajuste a valor presente (*)	43	365
Outras despesas financeiras	–	(3)
	43	401

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais respon-

sabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

(*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber. Devido postergação da carência em mais 12 meses, houve impactos no cálculo de AVP, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

	2020	2019
13. Resultado por Ação		
Numerador básico/diluído		
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	4.021	4.502
Denominador básico/diluído		
Ações ordinárias	162.431.742	162.431.742
Número médio ponderado de ações em circulação	162.431.742	162.431.742
Lucro líquido por ação básico – R\$	0,02	0,03

14. Transações Não Caixa – Entre 01/01/2020 e 31/12/2020, a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: • Integralização de capital via recebimento de imóveis de seus controladores – notas explicativas nº 1 e nº 6.

15. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme demonstrado a seguir:

	Cobertura	Vigência início	Vigência Término
Danos materiais (DM)	282.171	29/09/2020	29/03/2022

A Diretoria
 Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
 CRC nº 2SP 011.609/O-8
 Vagner Ricardo Alves
 Contador CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Juros: Taxas têm correção e caem, com exterior ameno e IGP-M



Os juros futuros corrigiram parte da forte adição de prêmios vista nos últimos dias e fecharam em baixa, mais pronunciada nos vencimentos intermediários, justamente os que mais vinham subindo desde o começo da semana.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou em 6,20%, de 6,265% ontem no ajuste, a do DI para janeiro de 2023 caiu de 7,69% para 7,56%. O DI para janeiro de 2025 fechou com taxa de 8,36%, de 8,455% ontem, e o DI para janeiro de 2027, com taxa de 8,72%, de 8,76%.

O clima de apetite ao risco no exterior e o dólar em queda acabaram por estimular um

ajuste na curva, assim como o IGP-M de julho abaixo da mediana das estimativas.

O IGP-M subiu 0,78% em julho, bem abaixo da mediana das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, de 0,90%, com destaque para os preços do atacado agrícola, que aprofundaram a deflação (-0,90% para -1,33%).

Mesmo diante dos riscos representados pela crise hídrica e da possível redução da oferta de alimentos em função das geadas, o coordenador de índices de preços da FGV, André Braz, prevê para o segundo semestre variações do indicador muito abaixo das observadas em igual período de 2020.

No fim da tarde, o merca-

do ensaiou uma piora após o resultado do governo central do mês passado, que trouxe déficit primário de R\$ 73,5 bilhões, ante mediana de saldo negativo de R\$ 66,4 bilhões. O número também é pior do que a mediana das expectativas do Prisma, de déficit de R\$ 56,9 bilhões.

O resultado foi impactado por questões como a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas, que foram pagos em maio, junho e julho neste ano, segundo o secretário do Tesouro Nacional, Jefferson Bittencourt.

O leilão de prefixados teve lotes e risco menores do que o anterior de mesmos vencimentos, sem exercer pressão sobre a curva. IstóeDinheiro

Dólar cai para R\$ 5,07 e fecha no menor valor em quase um mês

Ainda influenciado pelo cenário internacional, o dólar caiu por mais um dia e fechou no menor valor em quase um mês. A bolsa de valores, no entanto, descolou-se do mercado externo e encerrou em baixa, influenciada pela divulgação do lucro de algumas empresas abaixo do previsto.

O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (29) vendido a R\$ 5,079, com recuo de R\$ 0,031 (-0,6%). A cotação chegou a subir levemente durante a manhã, mas caiu e chegou a R\$ 5,04 na mínima do dia, por volta das 13h30.

A moeda norte-americana está no menor nível desde 2 de julho, quando tinha fechado a R\$ 5,053. A divisa acumula alta de 2,13% em julho e queda de 2,12% em 2021.

No mercado de ações, o dia foi marcado por perdas. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 125.675 pontos, com recuo de 0,48%. O indicador chegou a subir no início das negociações, mas passou a

cair ainda na primeira hora de sessão. Por volta das 11h30, a queda chegou a 1,06%, mas o índice recuperou-se parcialmente durante a tarde.

O dólar caiu pelo segundo dia seguido, ainda sob efeito da reunião de ontem do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano). O órgão indicou que não pretende retirar tão cedo os estímulos concedidos durante a pandemia de covid-19. Apesar de a inflação nos Estados Unidos estar subindo, o Fed informou que alguns dados mais fracos que o esperado indicam que a recuperação da economia norte-americana ocorre de forma desigual.

O otimismo externo não chegou à bolsa brasileira. Após a apresentação do lucro de algumas empresas, o Ibovespa caiu. Custos maiores que o previsto estão reduzindo os ganhos de algumas companhias, o que se reflete em queda no preço das ações.

Wellton Máximo/ABR



Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.509.592/0001-03
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa								
Ativo Circulante	Nota explicativa	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota explicativa	2020	2019	Receita líquida	Nota explicativa	2020	2019	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	2020	2019	
																Caixa e equivalente de caixa
Impostos a recuperar		8	6	Contas a pagar – partes relacionadas		3	11	(685)	11	(685)	(727)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.147	–	Adiantamentos diversos	8	1.500	11	(164)	11	(164)	(88)	Depreciação	6	685	727	
Total do ativo circulante		3.838	1.328	Total do passivo circulante		1.511	Resultado operacional	3.298	3.153	Resultado Financeiro	13	(53)	Impostos e contribuições diferidos	7	731	715
Impostos a recuperar		–	–	Impostos e contribuições diferidos	7	1.623	Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.245	3.491	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Ajuste a valor presente	5	788	555
Contas a receber – partes relacionadas	5	8.680	5.581	Total do passivo não circulante		1.623	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Variações nos ativos e passivos:			
Propriedade para investimento	6	80.363	81.049	Patrimônio líquido	9	3.727	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Impostos a recuperar e a pagar			
Total do ativo não circulante		89.043	86.630	Capital social subscrito		83.337	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Partes relacionadas			
Total do ativo		92.881	87.958	Reserva de lucros		6.410	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Contas a pagar			
				Total do patrimônio líquido		89.748	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Pagamento de IRPJ e contribuição social			
				Total do passivo e patrimônio líquido		92.881	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8	(562)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	13	(53)	Adiantamentos diversos			
													Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Lucro líquido do exercício		83.337	–	40	750	–	84.127
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	147	–	2.937	2.937
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	28	(147)	(147)
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	2.762	(28)	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		83.337	–	187	3.540	(2.762)	87.064
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.683	2.683
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	134	–	(134)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	25	(25)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	2.523	(2.523)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		83.337	–	321	6.089	–	89.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da Pandemia nas Demonstrações Financeiras da Companhia:** O Coronavírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar enfrentando a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes à importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificados como equivalentes de caixa, tem em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2020 e dezembro de 2019 ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1) IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não há Impactos
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material (R2) para Arrendamentos.	Não há Impactos
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há Impactos

Demonstração do Resultado Abrangente		2020	2019
Lucro do exercício		2.683	2.937
Outros resultados abrangentes		–	–
Resultado abrangente do exercício		2.683	2.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações nos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Não há Impactos
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com consequência direta da pandemia Covid-19.	Não há Impactos

4. Caixa e Equivalentes de Caixa		2020	2019
Aplicações financeiras (*)		2.683	1.322
Total		2.683	1.322

(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber – Partes Relacionadas		2020	2019
Grupo Big Brasil S.A. (a)		11.170	6.137
(-) Ajuste a valor presente		(1.343)	(555)
Total		9.827	5.581

(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Big Vitória e Pampulha. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 31/12/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2020 e 31/12/2019 são resumidos a seguir:

	2020	2019
Até um ano	1.220	–
De um a cinco anos	25.123	26.590
De cinco a 10 anos	25.289	28.236
Acima de 10 anos	155.525	169.414
Total	207.157	224.244

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$ 26 e R\$ 26, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 11 como "Despesas com serviços profissionais".

6. Propriedades para Investimentos		Terenos	Edificações	Total
Saldo final 31/12/2018	29.967	49.886	79.853	159.706
Custo de transação (a)	–	1.923	1.923	3.846
Depreciações (*)	–	(727)	(727)	(1.454)
Saldo final 31/12/2019	29.967	51.082	81.049	162.108
Depreciações (*)	–	(686)	(686)	(1.372)
Saldo final 31/12/2020	29.967	50.396	80.363	160.736

(a) Refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40, parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2020 é de R\$ 97.438 apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização ("cap rate") de 7,50% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Localização	
BIG Vitória	Avenida Nossa Sra Da Penha, 2565, Vitória/ES
BIG Pampulha	Avenida Portugal, 5500, Belo Horizonte/MG
BIG Uberaba	Rua Santa Beatriz da Silva, 1000 Uberaba/MG

7. Impostos e Contribuições Diferidos		2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)		1.215	668
PIS e COFINS diferido (b)		408	223
Subtotal		1.623	891
Impostos sobre outras receitas		–	–
Total		1.623	892

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$1.623 em 31/12/2020 (R\$891 em 31/12/2019). O recolhimento ocorre a medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. **a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente:** O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

	Alíquota nominal	2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis		5.033	4.917
Fator de presunção	32%	32%	32%
Lucro presumido		1.611	1.573
Tributos sobre o lucro presumido:			
Imposto de renda	25%	402	393
Contribuição social	9%	145	142
Total de IRPJ e CSLL diferido (A)		547	535
Tributos correntes sobre outras receitas:			
Base de cálculo		60	80
Imposto de renda	15%	9	12
Contribuição social	9%	6	7
Total de IRPJ e CSLL corrente (B)		15	19
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)		562	554
b) PIS e COFINS diferidos		2020	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis		5.033	4.917
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	3,65%
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos		183	179

8. Adiantamentos Diversos 2020
Receita antecipada imóvel 1047 1.500
O adiantamento apresentado acima é referente ao recebimento da receita que não foi reconhecida devido ao fato gerador ser a data do distrito, que ocorrerá em 30/04/2021.

9. Patrimônio líquido – a) Capital Social: Em 31/12/2020, o capital social integralizado é de R\$83.337 e está representado por 83.337.222 ações ordinárias. **b) Reserva legal:** E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 e dezembro de 2019 o saldo dessa reserva é de R\$321 e R\$187, respectivamente. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 25/09/2020, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária, deliberou pela manutenção do lucro do exercício de 2019, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente dispensado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

10. Receita Líquida 2020 2019
Receita bruta de aluguel de imóveis 5.033 4.917
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS) (183) (179)
(-) Ajuste a valor presente (703) (770)
Total 4.147 3.968

11. Custos e Despesas por Natureza 2020 2019
Depreciação 685 727
Despesas com serviços profissionais 25 25
Despesas com honorários profissionais (a) 139 64
Total 849 815

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade e serviços advocatícios.

12. Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração: Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

13. Resultado Financeiro, Líquido – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

Receitas e despesas financeiras	2020	2019
Receitas financeiras	32	124
Ajuste a valor presente (*)	(85)	214
Total	(53)	338

(*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber. Devido postergação da carência em mais 12 meses, houve impactos no cálculo de AVP, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

14. Resultado por Ação 2020 2019
Numerador básico/diluído
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas 2.683 2.937
Denominador básico/diluído
Ações ordinárias 83.337.222 83.337.222
Número médio ponderado de ações em circulação 83.337.222 83.337.222
Lucro líquido por ação básico – R\$ 0,03 0,04

15. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

... continuação

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão

Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Setor de seguros, previdência e capitalização fatura mais de R\$ 145 bi neste ano



O setor de seguros, previdência e capitalização brasileiro faturou R\$ 145,04 bilhões no primeiro semestre, segundo levantamento que a Susep (Superintendência de Seguros Privados) deve divulgar nos próximos dias.

O número é R\$ 23,61 bilhões superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

O crescimento ganhou tração em junho, chegando a R\$ 27,64 bilhões no mês, um avanço em torno de 18% em relação ao mesmo mês de

2020.

A Susep atribui o resultado ao aumento da demanda por proteção contra riscos na pandemia e à evolução do ambiente de concorrência, com flexibilização de normas e inovação.

A retomada da economia também contribuiu para o desempenho, segundo o órgão. No mercado de danos, o seguro auto, um dos mais impactados na pandemia, tem apresentado recuperação. Em junho, a alta foi superior a 11% na comparação com o mesmo mês de 2020.

Joana Cunha/Folhapress

Bolsas da Europa sobem, com balanços e apetite por risco no mercado global



Bolsas de NY fecham em alta, com Fed 'dovish', PIB e balanços trimestrais

As bolsas de Nova York fecharam em alta, impulsionadas pela temporada de balanços, nesta que é vista como a principal semana da publicação de resultados. O crescimento abaixo do esperado do PIB dos Estados Unidos no segundo trimestre divulgado hoje não tirou dos investidores o apetite por risco, diante da percepção de que estímulos à economia americana seguem necessários. Tal visão ocorre especialmente após o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, reforçar nesta quarta, 28, a postura acomodaticia da política monetária.

O Dow Jones fechou em alta de 0,44%, aos 35.084,53

pontos, e o S&P500 avançou 0,42%, aos 4.419,15 pontos. Já o Nasdaq subiu 0,11%, aos 14.778,26 pontos.

A alta anualizada de 6,5% do PIB americano ficou abaixo da mediana (8,5%) e do piso (7,5%) das estimativas de analistas consultados pelo Broadcast. Na visão da BMO Capital Markets, outra sessão com recordes de ações "reiterou o paradigma atual de ativos de risco com desempenho superior, apesar da pandemia". Após o Fed reiterar comprometimento com o tapering e a leitura do PIB, as ações demonstraram capacidade de seguirem subindo, avalia. "O S&P 500 está desafiando o topo e inclinado

para cima" o torna uma base em 4.300 possível, embora haja espaço para os 4.450 nas próximas semanas, projeta a BMO.

A semana é a mais movimentada da temporada de balanços do segundo trimestre, com cerca de um terço das empresas no S&P 500 divulgando resultados, segundo a LPL Markets. As corporações tiveram "um grande começo, colocando as empresas do S&P 500 em posição de aumentar os lucros do segundo trimestre em até 80% na comparação anual, ante uma taxa de crescimento de 64% esperada quando a temporada de lucros começou", aponta a consultoria.

IstoéDinheiro



As bolsas da Europa fecharam em alta, com impulso da temporada de balanços e na esteira de uma sessão positiva nos mercados acionários asiáticos e americanos. O índice pan-europeu Stoxx 600 teve avanço de 0,46%, aos 463,84 pontos.

Em Londres, o FTSE 100 fechou com alta de 0,88%, a 7.078,42 pontos. As ações da Anglo American tiveram alta de 5,36%, após a empresa registrar um salto no lucro do trimestre mais recente. Assim como a holandesa ArcelorMittal, que contou com alta de 4,07%, após reverter prejuízos e lucrar no último

trimestre. No caso do Lloyds, houve queda de 1,24%, apesar do salto de 12,7% no lucro trimestral ante mesmo período de 2020. A AstraZeneca, por sua vez, registrou queda de 27,24% no lucro na comparação anual e viu suas ações terem queda de 0,13% neste pregão.

O francês CAC 40 avançou 0,37%, a 6.633,77 pontos. Apesar das quedas registradas pelos papéis do Casino Guichard-Perrachon (-0,78%) e da Airbus (-0,61%), mesmo tendo reduzido e revertido, respectivamente, o prejuízo do semestre anterior. Em um dia com avanços no mercado de petróleo, o avanço de

2,17% da TotalEnergies contribuiu para a alta do índice.

Já em Frankfurt, o DAX subiu 0,45%, a 15.640,47 pontos, e, em Milão, o FTSE MIB subiu 1,01%, a 25516,46 pontos.

A Royal Dutch Shell viu sua ação de classe A subir 3,77%, apesar da queda do lucro na comparação anual, enquanto a Volkswagen avançou 1,73%, ao reverter prejuízo e lucrar no segundo trimestre.

Por outro lado, a gigante Anheuser-Busch InBev viu suas ações despencarem 5,83% na bolsa de Bruxelas, apesar do forte lucro registrado.

IstoéDinheiro

Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.505.720/0001-93

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota explicativa	2020		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2020	
		2020	2019 Reapresentado			2020	2019 Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	5.752	13.502	Contas a pagar		826	3
Impostos a recuperar		570	-	Obrigações retidas na fonte		48	3
Contas a receber – partes relacionadas	6	2.718	-	Total do passivo circulante		874	6
Total do ativo circulante		9.040	13.502	Não Circulante			
Não Circulante				Impostos e contribuições diferidos	8	2.275	482
Depósitos judiciais		-	234	Total do passivo não circulante		2.275	482
Contas a receber – partes relacionadas	6	11.443	3.114	Patrimônio Líquido	9		
Propriedade para investimento	7	136.481	141.164	Capital social		147.021	155.204
Total do Ativo não Circulante		147.924	144.512	Reserva de lucros		6.796	2.323
Total do Ativo		156.964	158.015	Total do patrimônio líquido		153.817	157.527
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		156.964	158.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 30/09/2019, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis que foram cindidos do capital de empresas relacionadas, de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13/11/2019. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Reorganização societária:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/10/2020, os acionistas deliberaram a operação de cisão e incorporação parcial, por meio da transferência de bens, direitos e obrigações com a versão da parcela cindida para a empresa Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. e incorporada da empresa Bulge Empreendimentos e Participações S.A. Os principais saldos, com base no laudo de 30/09/2020, estão apresentados resumidamente a seguir:

	30/09/2020	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Ativo				
Não circulante				
Imóveis – custo de aquisição	9.872	-	-	-
Terenos – custo de aquisição	9.185	-	-	-
Imóveis (-) depreciação	(137)	-	-	-
Acervo líquido cindido	18.920	-	-	-
Incorporação parcial				
Circulante:				
Contas a receber	2.294	-	-	-
(-) Ajuste a Valor Presente – Aluguéis a receber	(155)	-	-	-
Total do ativo circulante	2.139			
Não circulante				
Imóveis – custo de aquisição	7.897	-	-	-
Terenos – custo de aquisição	1.243	-	-	-
Imóveis (-) depreciação	(211)	-	-	-
Total do ativo não circulante	8.929			
Passivo				
Circulante				
Impostos diferidos	333	-	-	-
Total do passivo não circulante	333			
Acervo líquido cindido	10.735	-	-	-

Em virtude da Cisão e incorporação parcial, a redução do capital social da Companhia em R\$8.184 mil, sem que haja o cancelamento de ações de modo que o capital social da Companhia passa de R\$155.205 mil para R\$147.021 mil, dividido em R\$147.020.689 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **1.2. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Companhia:** O Coronavírus, “Covid-19” foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Essas são as primeiras informações financeiras apresentadas pela Companhia desde a sua constituição. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Reapresentação dos Saldos Contábeis – Os valores correspondentes as demonstrações financeiras do balanço patrimonial demonstração do resultado, de resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31/12/2019, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. No exercício de 2020, a Sociedade identificou a necessidade de ajustar o saldo de Aluguéis a Receber devido a diferenças na taxa de atualização dos aluguéis (a). Os valores foram reconhecidos retrospectivamente e os saldos de aluguéis a receber e lucros acumulados foram ajustados e reapresentados. As tabelas a seguir demonstram os impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade:

Balanço Patrimonial para exercício findo em 31/12/2019			
para exercício findo em 31/12/2019 (Em milhares de reais – R\$)			
	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Total do ativo circulante	13.502	-	13.502
Não Circulante			
Depósitos judiciais	234	-	234
Contas a receber – partes relacionadas (a)	3.232	(118)	3.114
Propriedade para investimento	141.164	-	141.164
Total do ativo não circulante	144.630	(118)	144.512
Total do Ativo	158.132	(118)	158.015
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Total do passivo circulante	6	-	6
Não Circulante			
Total do passivo não circulante	499	(17)	482
Patrimônio Líquido			
Capital social	155.204	-	155.204
Reserva de lucros	2.424	(101)	2.323
Total do patrimônio líquido	157.628	(101)	157.527
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	158.132	(118)	158.015

Demonstração do Resultado			
para exercício findo em 31/12/2019 (Em milhares de reais – R\$)			
	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Receita Líquida (a)	3.088	(114)	2.974
Custo dos serviços prestados	(290)	-	(290)
Lucro Bruto	2.798	(114)	2.684
Despesas gerais e administrativas	(66)	-	(66)

	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Resultado Operacional	2.732	(114)	2.614
Resultado financeiro	66	-	66
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.798	(114)	2.680
IRPJ e CSLL	(374)	13	(361)
Lucro Líquido do Período	2.424	(101)	2.323
Lucro Líquido por Ações (Média ponderada do período – R\$)			
Básico e diluído	0,02	-	0,01

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
para exercício findo em 31/12/2019 (Em milhares de reais – R\$)			
	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período	2.424	(101)	2.323
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Variações nos ativos e passivos (a)	(3.432)	118	(3.314)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14)	-	(14)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	14.218	-	14.218
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(702)	-	(702)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.502	-	13.502
Saldo no início do período	-	-	-
Saldo no fim do período	13.502	-	13.502
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.502	-	13.502

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
para exercício findo em 31/12/2019 (Em milhares de reais – R\$)			
	Anterior	Ajuste	2019 Reapresentado
Saldo em 30/09/2019			
Integralização de capital	155.204	-	155.204
Lucro líquido do período	2.424	(101)	2.323
Saldo em 31/12/2019	157.628	(101)	157.527

4. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2020 nenhum ajuste de perda esperada foi registrado na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo de custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do período. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do período. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio do resultado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e varia-

Demonstração dos Fluxos de Caixa							
	Nota explicativa	2020		2019 Reapresentado	Nota explicativa	2020	
		2020	2019 Reapresentado			2020	2019 Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
Lucro líquido do período		2.323	2.323			4.473	2.323
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:							
Depreciação		7	1.189	290			
Impostos e contribuições diferidos		8	1.982	482			
Ajuste a valor presente		5	1.132	205			
Total		8.776	3.300				
Variações nos ativos e passivos:							
Impostos a recuperar		(570)	-	-			
Depósitos judiciais		234	-	-			
Obrigações retidas na fonte		45	3	-			
Impostos a recolher partes relacionadas		(522)	-	-			
Contas a pagar		823	3	-			
Partes relacionadas		(10.040)	(3.320)	-			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.253)	(14)	-			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento							
Integralização de capital pelos acionistas	9.a	-	14.218	-			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	14.218	-			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos							
Impostos de transferência de propriedade na aquisição	7	(6.495)	(702)	-			
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(6.495)	(702)	-			
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.750)	13.502				
Saldo no início do período		13.502	-	-			
Saldo no fim do período		5.752	13.502	-			
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.750)	13.502				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado			
	Nota explicativa	2020	2019 Reapresentado
Receita Líquida	10	11.563	2.974
Custo dos serviços prestados	11	(1.189)	(290)
Lucro Bruto		10.374	2.684
Despesas gerais e administrativas	11	(4.404)	(66)
Resultado Operacional		5.970	2.618
Resultado financeiro	13	8	66
Resultado antes do IRPJ e CSLL		5.978	2.684
IRPJ e CSLL	8	(1.505)	(361)
Lucro Líquido do Período		4.473	2.323
Lucro Líquido por Ações (Média ponderada do período – R\$)			
Básico e diluído	15	0,03	0,01

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2020	2019	Reapresentado
Lucro do Período	4.473	2.323	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	4.473	2.323	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ções monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 31/12/2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro: Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) líquido do período é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O lucro (prejuízo) líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contá**

Pacífico Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.511.220/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de julho de 2021. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa								
Ativo	Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019		Nota explicativa	2020		2019		
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019			
Circulante						Receita Líquida	9	2.743	2.625	Fluxo de caixa das atividades operacionais		1.814	1.971			
Caixa e equivalente de caixa	4	225	1.672			Custo dos serviços prestados	10	(409)	(443)	Lucro líquido do exercício						
Impostos a recuperar		3	2			Lucro bruto		2.334	2.182	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:						
Contas a receber – partes relacionadas	5	760	–			Despesas gerais e administrativas	10	(119)	(71)	Depreciação		6	409	443		
Total do ativo circulante	988	1.674	–	–	–	Resultado operacional		2.215	2.111	Impostos e contribuições diferidos		7	484	473		
						Resultado financeiro		12	(16)	Ajuste a valor presente		5	521	367		
Não Circulante						Resultado antes do IRPJ e CSLL		2.199	2.332	Variações nos ativos e passivos:						
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.743	3.693			Imposto de Renda e Contribuição Social		7	(385)	Impostos a recuperar e a pagar			(1)	5		
Propriedade para investimento	6	38.054	37.111			Lucro Líquido do Exercício		1.814	1.971	Partes relacionadas			(3.329)	(3.261)		
Total do ativo não circulante	43.797	40.804	–	–	–	Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)				Contas a pagar			2	(7)		
Total do Ativo	44.785	42.478	–	–	–	Básico e diluído		13	0,05	0,05	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			(96)	(9)	
										Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
										Impostos de transferência de propriedade na aquisição		6	(1.351)	(610)		
										Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos			(1.351)	(610)		
										Redução de caixa e equivalentes de caixa			(1.447)	(619)		
										Saldo no início do período			1.672	2.291		
										Saldo no fim do período			225	1.672		
										Redução de caixa e equivalentes de caixa			(1.447)	(619)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 31/12/2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Lucro líquido do exercício		39.382	–	27	506	–	39.915
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	99	–	–	(99)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	19	–	(19)
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	1.854	(1.854)	–
Saldo em 31/12/2019		39.382	–	126	2.378	–	41.886
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.814	1.814
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	91	–	(91)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	17	(17)	–
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	1.706	(1.706)	–
Saldo em 31/12/2020		39.382	–	216	4.102	–	43.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Impactos da Pandemia nas Demonstrações Financeiras da Companhia:** O Coronavírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando o registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por títulos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados

no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2020 e 31/12/2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro: Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do contas a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas.** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2020

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1) IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não há Impactos
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Não há Impactos
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há Impactos

Receita Líquida	Nota explicativa	2020		2019	
		2020	2019	2020	2019
Receita Líquida		9	2.743	2.625	
Custo dos serviços prestados		10	(409)	(443)	
Lucro bruto			2.334	2.182	
Despesas gerais e administrativas		10	(119)	(71)	
Resultado operacional			2.215	2.111	
Resultado financeiro			12	(16)	221
			(16)	221	
Resultado antes do IRPJ e CSLL			2.199	2.332	
Imposto de Renda e Contribuição Social			7	(385)	(361)
Lucro Líquido do Exercício			1.814	1.971	
Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)					
Básico e diluído			13	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro do Exercício	Nota explicativa	2020		2019	
		2020	2019	2020	2019
Lucro do Exercício		1.814	1.971		
Outros resultados abrangentes		–	–		
Resultado Abrangente do Exercício		1.814	1.971		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de "hedge" ou do instrumento de "hedge".	Não há Impactos
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Não há Impactos

4. Caixa e Equivalentes de Caixa 2020 2019

Aplicações financeiras (*)	225	1.672
Total	225	1.672

(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber – Partes Relacionadas 2020 2019

Grupo Big Brasil S.A. (a)	7.391	4.060
(-) Ajuste a valor presente	(899)	(967)
Total	6.503	3.093

6. Propriedades para Investimentos 2020 2019

	2020	2019
Até um ano	807	–
De um a cinco anos	16.624	17.595
De cinco a 10 anos	16.734	18.684
Acima de 10 anos	102.913	112.106
Total	137.078	148.385

Remuneração da Administração: Em 31/12/2020 e 31/12/2019, o montante de remuneração dos administradores foi de R\$25 e R\$25, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como "Despesas com serviços profissionais".

6. Propriedades para Investimentos 2020 2019

	2020	2019
Saldo final em 31/12/2018	6.635	30.309
Custo de transação (a)	–	610
Depreciações (*)	–	(443)
Saldo final em 31/12/2019	6.635	30.476
Custo de transação (a)	–	1.351
Depreciações (*)	–	(409)
Saldo final em 31/12/2020	6.635	31.418

(a) Referir-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40, parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2020 é de R\$51.526, apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização ("cap rate") de 7,50% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Imóvel	Localização
BIG Campinas	Shopping Outlet Rua Jacy Teixeira Camargo,940,Campinas/SP
BIG Iguatemi	Avenida Madre Benvenuta,687,Lj 11,Florianópolis/SC

7. Impostos e Contribuições Diferidos 2020 2019

Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	804	442
PIS e COFINS diferido (b)	270	148
Total	1.074	590

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de alugueis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$1.074 em 31/12/2020 (R\$590 em 31/12/2019). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. **a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente:** O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

Receitas e despesas financeiras	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Receitas e despesas financeiras	40	79		
Ajuste a valor presente (*)	(56)	142		
		(16)		

... continuação

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações

financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2021.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/O-8

Vagner Ricardo Alves

Contador CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Nubank aumentará o limite do cartão de mais de 80% de seus clientes no próximo ano

O Nubank aumentará o limite do cartão de crédito de 35 milhões de clientes nos próximos 12 meses. O número responde por 87,5% de toda a base de clientes do banco digital, de 40 milhões. A expectativa é que pelo menos 10 milhões já sejam impactados pela novidade até o final deste ano -três milhões já devem ter limites maiores até o final de agosto.

Para tanto, o banco adotará um novo modelo de análise de crédito. O projeto demorou dois anos para ser concretizado e teve ajuda dos times de ciência de dados, engenharia e analistas de negócios.

Jacob Sisk, diretor de ciência de dados do Nubank, afirmou que esta nova análise considera diferentes padrões, que vão além da avaliação sobre o que as pessoas são capazes de pagar -que é o modelo de baixo risco de crédito adotado anteriormente.

“É um padrão inovador, que pensa nas necessidades de nossos clientes sem com-



prometer o nosso modelo de negócio. Realizamos milhares de testes para entender mais profundamente o comportamento dos clientes e hoje podemos aumentar o limite de uma maneira responsável. Temos agora uma capacidade ainda mais precisa de projetar os gastos dos consumidores”, disse Sisk.

“Isso significa também incentivar a responsabilidade e a educação financeira, que é algo que fazemos desde o início da nossa história e atingimos um novo patamar com esse projeto.”

Ainda segundo o executivo, todos os novos clientes

serão contemplados com o novo modelo de análise de crédito a partir do segundo mês de uso do cartão do Nubank. Com esse projeto, a estimativa é que a instituição ganhe escala e consiga oferecer até 260% mais em crédito.

“O lançamento desse projeto vai nos ajudar com outros produtos, como empréstimos, usando as mesmas técnicas e tecnologia. Também ganhamos escala para acelerar inovações não só no Brasil, mas em outros mercados onde o Nubank atua hoje, como o México”, afirmou Sisk.

Isabela Bolzani/Folhapress

Luz e preços ao produtor sobem e inflação do aluguel volta a acelerar; IGP-M vai a 33,83% em 12 meses



O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) subiu 0,78% em julho e chegou a 33,83% no período de 12 meses, informou nesta quinta-feira (29) a FGV.

Em junho, o índice tinha desacelerado e registrado alta de 0,60%, acumulando variação de 35,75%.

A variação deste mês foi influenciada principalmente pela alta nos preços ao produtor, como minério de ferro, adubos e leite in natura, e na energia elétrica paga por consumidores.

Conhecido como a inflação do aluguel, o índice de julho terá efeito nos contratos de locação com vencimento em agosto.

Caso os proprietários decidam aplicar integralmente

Bitcoin pode cair mais 50% até o fim do ano

Nenhum outro ativo desperta maior debate que as criptomoedas. O centro das discussões está em questões como qual deveria ser seu valor justo, com que tipo de ativo ele pode ser caracterizado e se este é um investimento que protege o investidor de algo.

Não importa de que lado você está desta discussão. Uma coisa é certa: ninguém consegue atribuir um valor justo ao Bitcoin.

Existem várias razões para não se conseguir definir um valor como em outros ativos. Uma delas é o fato de sua única virtude ser a dificuldade de se gerar mais moedas, devido ao elevado custo desta geração.

Outra razão para o debate sobre seu valor justo é a

incerteza sobre sua própria definição. O Bitcoin já foi comparado ao ouro, ou seja, qualificando-o como uma commodity. Mas também se costuma dizer que ele é como uma moeda.

O fato é que ele não é nem um nem outro, pois as características entre eles são distintas.

A evolução de seu preço mostra esta distinção. Ele não se comporta como outros ativos. E diferente de qualquer ativo, ele teve a façanha de estar passando pela sua segunda bolha em menos de três anos.

O primeiro estouro de bolha ocorreu em 2018. Ao final de 2017 o Bitcoin ultrapassou o preço de US\$ 18 mil. Ao final de 2018 este preço caiu para US\$ 3mil, ou seja, uma queda de mais de 80%.

Biznews



a variação de 33,83%, um aluguel de R\$ 2.000 passará a R\$ 2.676 nos pagamentos realizados a partir do mês de setembro.

O descolamento do índice em relação à inflação oficial medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) aqueceu debates sobre o uso do IGP-M como indexador para os contratos de locação, uma vez que a maior parte da composição dele refere-se aos preços no atacado.

O INCC (Índice Nacional de Custos das Construção Civil), que registra a variação de preços de matérias-primas e do custo da mão de obra, acumula alta de 17,35% em 12 meses até julho. Esse índice corresponde a apenas 10% do IGP-M.

Na semana passada, o PSD apresentou uma ação ao STF (Supremo Tribunal Federal), na qual pede a substituição do índice pelo IPCA em todos os tipos de contratos de locação.

Chamado de ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), o pedido do partido prevê ainda a declaração de inconstitucionalidade às decisões que mantêm o IGP-M como indexador de correção de contratos.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, pediu informações ao Congresso Nacional e a presidente da República.

Projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado também tentam fixar o IPCA como o índice de correção padrão. Folhapress

Publicidade Legal

Kharkov Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 40.276.791/0001-00
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de julho de 2021. A Administração

Demonstrações Financeiras referentes ao período de 30 de setembro a 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se mencionado de outra forma)

Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Ativo	Nota explicativa	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa
Circulante	2020	Circulante	30/09/2020	a 31/12/2020	30/09/2020
Outros tributos a recuperar	295	Fornecedores	6	(59)	(59)
Despesas reembolsáveis	585	Outras contas a pagar		(59)	(59)
Total do ativo circulante	880	Total do passivo circulante	9		
Não circulante		Patrimônio líquido			
Propriedade para investimento	4 22.969	Capital social	23.899		
Total do ativo não circulante	22.969	Prejuízos acumulados	(59)		
Total do ativo	23.849	Total do patrimônio líquido	23.840		
		Total do passivo e patrimônio líquido	23.849		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Integralizado		
Subscrição do capital em 30 de setembro de 2020	1	-	1	-	1
Integralização de capital	5.a	-	23.898	-	23.898
Prejuízo do período		-	-	(59)	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	23.899	(59)	23.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, constituída em 30/09/2020, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis que foram incorporados do capital de empresas relacionadas, de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 06/01/2021. A Companhia tem por objeto social a participação em quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida pela legislação aplicável; e gestão e administração de bens próprios. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente em comodato a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Comodato de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente. **1.1. Reorganização societária:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/10/2020, os acionistas deliberaram a operação de incorporação parcial, por meio da transferência de bens, direitos e obrigações com a versão da parcela incorporada das empresas Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. e Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A. Os principais saldos, com base no laudo de 30/09/2020, estão apresentados resumidamente a seguir:

	Stalingrado	Barbarossa	Total
Ativo			
Circulante			
Outros tributos a recuperar	-	295	295
Despesas reembolsáveis	-	585	585
Total do ativo circulante		880	880
Não circulante			
Imóveis – custo de aquisição	9.872	3.719	13.591
Terranos – custo de aquisição	9.185	485	9.670
Imóveis (-) depreciação	(137)	(106)	(243)
Total do ativo não circulante	18.920	4.098	23.018
Acervo líquido incorporado	18.920	4.978	23.898

1.2. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Companhia: O Coronavírus, "COVID-19", foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceu os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11/03/2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos. A Administração acompanha continuamente os efeitos da crise e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Essas são as primeiras informações financeiras apresentadas pela Companhia desde a sua constituição. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 14/07/2021.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 4. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **b) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 não existiam provisões a serem reconhecidas. **c) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **d) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **e) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/10/2020.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Despesas gerais e administrativas	Nota explicativa	30/09/2020	30/09/2020
Resultado operacional			
Prejuízo líquido do período		(59)	(59)
Prejuízo líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)			
Básico e diluído		9	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Prejuízo do período	30/09/2020
Outros resultados abrangentes	(59)
Resultado abrangente do período	(59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações no CPC 15 (R1)/IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um "input" – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar "output" – saída de recursos.	Não há impactos.
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Não há impactos.
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Não há impactos.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de "hedge" ou do instrumento de "hedge".	Não há impactos.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19.	Não há impactos.

4. Propriedades para Investimentos

Terrenos	Edificações	Total
Saldo inicial 30/09/2020	-	-
Integralização por parcela incorporada	9.670	13.348
Depreciações (*)	-	(49)
Saldo final 31/12/2020	9.670	13.299

(*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração da Companhia assessorada pela consultoria independente Amaral D'Avila estimou que o valor justo dos imóveis em 2020 é de R\$103.740, apurado com base na metodologia preceituada pela NBR 14.653-1 a 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, que são devidamente tratadas a fim de determinar o valor do respectivo imóvel. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Imóvel	Localização
BIG 2800 – Santo André	Avenida dos Estados, nº 8500 – Santo André – São Paulo
TD B306 – Maceió	Rua João de Oliveira Melo, nº 709 – Maceió – Alagoas
TD B445 – Vargem Grande	Praça São Sebastião, nº 742 – Vargem Grande – Maranhão

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	30/09/2020	30/09/2020
Prejuízo do período		(59)	(59)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação		4	49
Total		4	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Patrimônio Líquido – a) Capital social:

Em 31/12/2020, o capital social integralizado é de R\$23.899 e está representado por 23.899.197 ações ordinárias. O capital social da companhia foi aumentado em R\$23.898 via integralização parcial de ativos que foram cindidos pelas empresas Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. e Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2020 a Companhia apresentou prejuízo. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

6. Custos e Despesas por Natureza

	30/09/2020
Depreciação	49
Despesas com serviços profissionais	8
Despesas com honorários profissionais (a)	2
Total	59

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade.

7. Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração:

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegura a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

8. Resultado por Ação

	30/09/2020	30/09/2020
Numerador básico/diluído		
Prejuízo do período	(59)	(59)
Denominador básico/diluído		
Ações ordinárias	23.899.197	23.899.197
Número médio ponderado de ações em circulação	5.107.264	5.107.264
Prejuízo por ação básica – R\$	0,00	0,00

9. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Cobertura	Vigência início	Vigência término
Danos materiais (DM)	53.184	29/09/2020	29/03/2022

A Diretoria

Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

São Paulo, 26 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC nº 2SP 011.609/O-8

Vagner Ricardo Alves Contador CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Brasil completa 190 dias seguidos de média móvel de mortes por Covid acima de 1.000



O Brasil completou 190 dias seguidos com a média móvel de mortes acima de 1.000 óbitos por dia. Nesta quinta-feira (29), a média ficou em 1.070.

Nesta quinta, foram registrados 1.354 mortes por Covid e 41.393 casos da doença. Com isso, o país chega a 554.626 óbitos e a 19.838.909 pessoas infectadas desde o início da pandemia.

A média móvel de óbitos desde quinta é 14% inferior a de duas semanas atrás, o que representa estabilidade no dado.

Já a média móvel de casos é de 44.974 por dia, aumento de 10% em relação ao dado de duas semanas atrás

e, portanto, uma situação de estabilidade também.

A média é um instrumento estatístico que busca amenizar grandes variações nos dados, como costumam ocorrer em finais de semana e feriados. Ela é calculada pela soma do número de mortes dos últimos sete dias e a divisão do resultado por sete.

Os dados do país, coletados até 20h, são fruto de colaboração entre Folha de S.Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do novo coronavírus. As informações são coletadas pelo consórcio de veículos de imprensa diariamente com as Secretarias de Saúde estaduais.

Os dados da vacinação contra a Covid-19, também coletados pelo consórcio, foram atualizados nos 26 estados e no Distrito Federal.

O Brasil registrou 1.448.528 doses de vacinas contra Covid-19, nesta quinta-feira. De acordo com dados das secretarias estaduais de Saúde, foram 710.110 primeiras doses e 649.393 segundas. Também entram nessa conta 89.025 doses únicas da Janssen aplicadas.

Ao todo, 98.912.578 pessoas receberam pelo menos a primeira dose de uma vacina contra a Covid no Brasil -36.446.561 delas já receberam a segunda dose do imunizante.

Folhapress

Novas remessas se esgotam e vacinação contra Covid é suspensa em três capitais



Depois de nove capitais terem interrompido a aplicação da primeira dose de vacina contra a Covid-19, novos lotes recebido pelos estados permitiram retomada na campanha para seis delas -Belém, Natal, Curitiba, Vitória, Maceió e Campo Grande.

As novas remessas, porém, não foram suficientes, e São Luís e Florianópolis seguem com campanhas paralisadas. Salvador, com doses já esgotadas, suspenderá a imunização novamente na sexta-feira (30). Com poucas doses, Curitiba mudou a metodologia e também vai paralisar a aplicação na primeira etapa.

Salvador, que estava sem aplicar vacinas de primeira

Presidente sanciona lei com prioridades para vacinação

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que inclui gestantes e lactantes como grupo prioritário para a vacinação contra a covid-19. Todas as lactantes são consideradas prioridade, independente de idade da criança ou da existência de comorbidades. Também estão entre as prioridades puérperas, crianças e adolescentes com deficiência permanente ou com comorbidade, e pessoas privadas de liberdade.

A lei teve origem no Senado, em um projeto do senador o senador Jean Paul Prates (PT-RN). Durante os debates no Legislativo, Prates elencou como motivos para a apresentação do projeto a diminuição da chance de uma lactante que volta ao trabalho presencial adoecer e contaminar o filho e a redução do índice de mortalidade materna, entre outros.

Bolsonaro também aprovou a convocação da 5ª Conferência Nacional dos Direi-

tos da Pessoa Idosa. O evento será realizado ainda este ano, de forma virtual, em sistema disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

A ideia é possibilitar a participação da sociedade civil, na figura das entidades que atuam na defesa, promoção e garantia dos direitos dos idosos, no debate sobre os desafios e políticas públicas necessárias a essa parcela da sociedade.

A Conferência será realizada em duas etapas: regional e nacional. Na região Norte, ocorrerá nos dias 4, 5 e 6 do mês de agosto; na região Nordeste, nos dias 9, 10 e 11 de agosto; na região Sul, em 18, 19 e 20 de agosto. No Sudeste, a Conferência será realizada entre 23 e 25 de agosto; e na Centro-Oeste, em 30 e 31 de agosto e 1º de setembro. Já a etapa Nacional está marcada para os dias 29 e 30 do mês de setembro e 1º de outubro.

ABR



dose desde sexta-feira (23), retomou a imunização nesta quarta-feira (28) de pessoas com 34 e 33 anos. A quantidade de vacinas, contudo, foi suficiente apenas para dois dias.

Nesta quinta-feira (29), o prefeito Bruno Reis anunciou nova suspensão da aplicação de primeiras doses com o fim dos lotes enviado pelo Ministério da Saúde nesta semana. Ao todo, chegaram 39 mil doses, sendo 26 mil de Coronavac e 13 mil da Pfizer.

Novos lotes de primeiras doses devem chegar apenas na próxima semana. Com isso, a partir de sexta-feira (30) a vacinação será apenas de segunda dose.

Além da falta de continuidade no fluxo de envio

de primeiras doses, o secretário de Saúde de Salvador, Leonardo Prates, critica a falta de flexibilidade nas normas no Ministério da Saúde.

Em comunicado nesta terça-feira (28), o Ministério da Saúde informou eu estados e municípios "devem seguir, rigorosamente, as definições do Programa Nacional de Imunizações quanto aos intervalos entre as doses e demais recomendações técnicas, sob pena de responsabilidade futura".

"A gente apela para a revisão desses pontos que dificultam a operação do sistema de saúde e geram uma sobrecarga no estoque de segundas doses. A nossa luta é para não ter doses paradas", afirma Prates.

Folhapress

Meio Ambiente

'Sinais vitais' da Terra estão enfraquecendo, apontam cientistas



Os “sinais vitais” da Terra estão enfraquecendo, de acordo com um comunicado divulgado nesta terça-feira (27) por um grupo de cientistas que temem que o planeta está se aproximando de um “ponto sem volta” climático.

Os cientistas fazem parte de uma plataforma de mais de 14 mil especialistas que há dois anos pediram uma declaração mundial de emergência climática.

No documento, publicado pela revista BioScience, os cientistas afirmam que os governos fracassaram na tentativa de combater a mudança climática, provocada pela “superexploração da Terra”.

Dos 31 “sinais vitais” do planeta, que incluem as emissões de gás com efeito

estufa, a espessura das geleiras e o desmatamento, 18 já alcançaram níveis recordes preocupantes de acordo com o texto publicado pela revista BioScience.

Apesar da redução temporária das emissões de gás, devido à pandemia de covid-19, as concentrações de CO₂ e de metano na atmosfera alcançaram níveis desconhecidos em 2021.

As geleiras estão derretendo 31% mais rápido do que há 15 anos e o desmatamento da Amazônia brasileira também bateu um recorde em 2020, de acordo com os especialistas.

O estudo lembra que já há mais de 4 bilhões de cabeças de gado no mundo todo, o que supera a massa combi-

nada de toda a raça humana e animais selvagens.

“Temos que reagir diante das provas que mostram que nos encaminhamos rumo a pontos sem volta climáticos”, declarou um dos autores, Tim Lenton, da Universidade de Exeter.

Alguns desses pontos podem ter sido superados, como o derretimento na Groenlândia e na Antártica, que poderia ser irreversível durante séculos, até mesmo se as emissões de CO₂ forem reduzidas.

Os cientistas pedem ações rápidas e radicais em vários setores, como o fim do uso de energia fóssil, a restauração dos ecossistemas, regimes alimentícios vegetarianos e a busca por um novo modelo de crescimento.

Os Jogos de Tóquio serão os mais sustentáveis da história?

Em um dos vídeos postados nas redes sociais, e que fizeram seu número de seguidores quintuplicar, o atleta brasileiro Douglas, da seleção de vôlei, pula e dança em cima da sua cama na Vila Olímpica de Tóquio, onde ficará hospedado durante as olimpíadas.

A brincadeira, na realidade, não era inédita e havia começado dias antes, quando os primeiros atletas chegaram para os jogos e encontraram em seus apartamentos camas de papelão.

Não é de hoje que correm histórias da agitada vida noturna das vilas olímpicas, onde os atletas buscam descarregar a tensão após as provas, coisa que o sexo resolve muito bem — e não dá para

esperar celibato em um condomínio cheio de jovens no auge da sua forma física.

O boato que correu na comunidade esportiva era de que as camas de papelão seriam uma estratégia para dificultar o romance entre os participantes dos jogos. Douglas provou que não.

O mobiliário é perfeitamente seguro não apenas para dormir, mas também para praticar outras atividades que envolvem habilidades atléticas ou, até mesmo, acrobáticas. Se esse foi um requisito da organização da Olimpíada ao encomendar as camas junto ao fornecedor, provavelmente, nunca será revelado. A justificativa oficial para o mobiliário de papelão está na sustentabilidade.

Exame



Exame

Geada pode levar inflação a 7% no ano; veja os alimentos mais afetados pela onda de frio



Agricultores relatam perdas com o registro de geada na manhã desta quinta-feira (29). O frio intenso decorre da massa de ar polar que chegou ao país nesta semana, derrubando temperaturas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na avaliação de economistas, as perdas em diferentes culturas vão elevar o preço dos alimentos e afetar até o índice de inflação.

A XP calculou que as geadas desta semana podem impactar a inflação este ano em 0,1 ponto percentual. Com isso, o IPCA, índice oficial de preços, pode ultrapassar 7% em 2021. A projeção consta em nota divulgada nesta quinta-feira.

Os analistas da XP já tinham elevado as projeções

para a alta dos preços de alimentação no domicílio no mês de julho devido às geadas que já tinham sido registradas em várias cidades das regiões Sul e Sudeste. Diante da nova onda de frio -e de preços mais altos que vão impactar até proteínas animais-, o cenário é de aumento mais forte.

“Em 2021, a projeção de IPCA em 6,7% tem riscos assimétricos para cima. Com geadas e reabertura da economia no radar, a inflação pode ficar acima de 7% no ano”, diz o relatório.

O texto também destaca que “as culturas mais impactadas são o café, as hortaliças e as frutas. Com diminuição da oferta, os preços tendem a subir e esse repasse costuma ser rápido”.

O relatório diz ainda que o frio intenso agravou um cenário que já era desafiador para o agricultor, uma vez que a estiagem severa impactou fortemente preços de grãos, cana-de-açúcar, café e cítricos. Além disso, as proteínas animais também têm os preços altos.

No estado de São Paulo, há relatos de danos causados pela geada nesta quinta na região de Pardinho. A cidade fica a cerca de 200 quilômetros da capital paulista.

Luciane Correia, coordenadora dos cursos do Senar do Sindicato Rural de Pardinho, afirma que hortaliças, frutas, café e pastagem estão entre as plantações prejudicadas pelo frio rigoroso.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Toyota faz lobby contra transição para veículos elétricos



A Toyota, uma das maiores montadoras do mundo, tem agido de forma silenciosa para desacelerar a transição dos automóveis para um futuro totalmente elétrico, segundo informa o New York Times. A empresa tem pressionado sistematicamente governos em todo o mundo para considerar uma mudança menos drástica, que envolva carros híbridos nos planos.

A administração do presidente dos EUA, Joe Biden, quer usar as regras de emissões mais rígidas, como a legislação da Califórnia, para aumentar rapidamente as vendas de veículos elétricos. No entanto, a Alliance for Automotive Innovation, um grupo de lobby da indústria presidido por Chris-

topher Reynolds, executivo da Toyota, se opõe à ideia.

A companhia também realizou esforços para evitar a adoção de padrões mais rígidos de emissões de automóveis ou lutar contra subsídios aos veículos elétricos em outros mercados, como Reino Unido, União Europeia e Austrália. Executivos da subsidiária indiana da Toyota criticaram publicamente a meta da Índia de 100% das vendas de veículos elétricos até 2030, dizendo que o objetivo não era prático.

Enquanto o Congresso americano estuda a aprovação de bilhões de dólares para a construção de estações de recarga, bem como incentivos fiscais para carros elétricos e caminhões, Reynolds realizou reuniões a portas

fechadas com parlamentares para mostrar a oposição da empresa a uma transição agressiva para carros totalmente elétricos.

Segundo fontes familiarizadas com as negociações ouvidas pelo jornal The New York Times, o executivo argumentou que os híbridos gás-elétrico como o Prius e os carros movidos a hidrogênio deveriam desempenhar um papel maior.

No mês passado, a organização sem fins lucrativos Citizens for Responsibility and Ethics registrou descobriu que a Toyota foi a maior doadora corporativa para os republicanos no Congresso que contestaram o resultado da eleição presidencial de 2020.

TecMundo

NASA apresenta novos CubeSats que farão parte da missão Artemis I



O voo inaugural do programa Artemis, que levará a espaçonave Orion para uma volta ao redor da Lua, não terá tripulantes. Mas a missão, prevista para decolar em novembro, impulsionada pelo foguete Space Launch System (SLS), levará diversas cargas úteis ao espaço.

As cargas incluem dois satélites miniaturizados (CubeSats) revelados pela NASA nessa terça-feira (27). Um deles é o Team Miles CubeSat, desenvolvido pela Miles Space, que usará propulsores de plasma para testar o método no espaço profundo, com o objetivo de estabelecer um novo recorde.

“Do tamanho de uma caixa de pão”, este CubeSat será movido pela propulsão

que usa ondas eletromagnéticas de baixa frequência. Um sofisticado computador de bordo conduzirá o minúsculo satélite de forma autônoma, enquanto seu sistema de rádio fará a comunicação com a Terra.

Se bem-sucedida, a missão do Team Miles CubeSat viajará mais longe do que qualquer nave de tamanho similar já foi. A expectativa da equipe é que o equipamento percorra pelo menos 96 milhões de quilômetros, quase o dobro da distância mínima entre a Terra e Marte.

O outro CubeSat recém-apresentado como integrante da missão Artemis I é o EquilibriUM Lunar-Earth point 6U (EQUULEUS). Desenvolvido pela Agência de Explora-

ção Aeroespacial do Japão (JAXA), em parceria com a Universidade de Tóquio, ele viajará até o Ponto de Lagrange L2, entre a Terra e a Lua.

Lá, a minúscula nave japonesa demonstrará técnicas de controle de trajetória entre o Sol, a Terra e a Lua, além de registrar imagens da plasmasfera terrestre, região da atmosfera carregada de elétrons e partículas altamente ionizadas. O EQUULEUS também medirá flashes de impacto de meteoros e a poeira ao redor do ambiente lunar.

Ambos os satélites miniaturizados viajarão no adaptador de estágio da Orion, junto com as demais cargas úteis. Eles serão implantados assim que a espaçonave se separar do SLS.

TecMundo

Twitter começa a testar recurso de compras em sua plataforma. Marcas poderão promover produtos em seus perfis

O Twitter permitirá que um pequeno grupo de varejistas, incluindo a GameStop e a empresa de bolsas Arden Cove, promova produtos em seus perfis como parte de um renovado impulso para compras on-line.

Uma dezena de varejistas dos EUA poderá promover até cinco produtos no topo de seus perfis no Twitter. Os usuários poderão alternar entre os produtos ao visualizar o conteúdo e clicar para visitar o site do varejista e fazer uma compra.

O novo produto do Twitter, denominado “Módulo de Loja”, está atualmente disponível apenas para usuários que falam inglês nos Estados Unidos.

O Twitter não processa vendas e não participa da receita gerada pelo novo recurso, mas os investidores aplaudiram a medida, fazendo com que as ações registrassem sua maior alta em mais de três meses.

O teste é uma tentativa renovada de oferecer com-

pras no Twitter. A empresa experimentou antes um botão “Compre agora” e páginas de produtos subsequentes, em 2015, mas esses recursos nunca decolaram e foram encerrados.

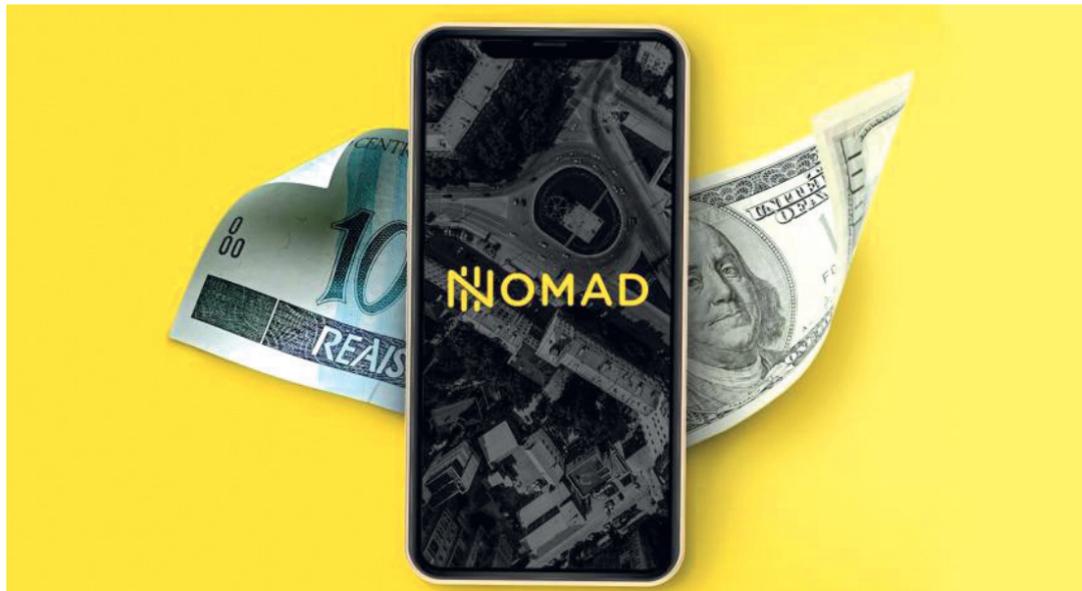
A empresa está seguindo os passos do Facebook, que abriu um recurso “Lojas” em 2020 para permitir que consumidores comprem produtos diretamente pelo Facebook e Instagram.

“Sabemos que as pessoas vêm ao Twitter para interagir com marcas e falar sobre seus produtos favoritos”, disse Bruce Falck, líder da equipe de produtos de receita do Twitter, no dia do analista da empresa em fevereiro. “Imagine descobrir e comprar rapidamente um novo produto para a pele ou tênis da moda de uma marca que você segue, com apenas alguns cliques.”

O interesse renovado do Twitter em compras se alinha com um impulso geral em direção ao e-commerce por varejistas que foram forçados a ativar as vendas online durante a pandemia. O Globo

Negócios

Nomad quer ser 'o banco americano do brasileiro'



A Nomad está construindo “um banco americano para brasileiros,” apostando que a nossa vida é mais dolarizada do que parece.

Plugada numa plataforma americana de ‘bank as a service’ e apostando tudo ou nada na experiência do usuário, a Nomad está oferecendo a seus clientes uma conta garantida pelo FDIC (o FGC americano), um cartão (de débito, por enquanto), remessas, saques e investimentos.

“Não queremos competir com os bancos locais, queremos dar mobilidade financeira ao brasileiro que tem grana, que gasta em dólar, que viaja em dólar e hoje é mal atendido,” Patrick Sigrist, um dos fundadores da Nomad, disse.

A Nomad acaba de levantar US\$ 20 milhões numa rodada Série A co-liderada pela monashees e a Spark Capital — um VC do Vale do Silício que investiu no Twitter, Slack e diversas fintechs. Também participaram da rodada: Propel, GFC, Abstract, Vast, ONEVC e Globo Ventures.

O endosso, como sempre, tem a ver em parte com o histórico dos empreendedores.

Patrick, um obcecado por UX e UI, é o cara que fundou o iFood. Os outros dois fundadores são Marcos Nader, que fundou e vendeu a empresa de assinatura eletrônica Comprova para a DocuSign, e Eduardo Haber, ex-sócio da Advis, a gestora que teve ascensão e queda meteóricas na Faria Lima.

A Nomad ganha dinheiro de três formas: um spread na remessa cambial (quando o cliente troca reais por dólares), o interchange rate no uso do cartão, e uma comissão nos produtos de investimento.

O CEO Lucas Vargas — ex-CEO do Grupo Zap até sua venda à OLX no ano passado — disse que, apesar do bank as a service ter facilitado a Nomad, a barreira de entrada para outros players ainda é enorme.

“Nosso propósito não é servir essa volatilidade inerente ao mundo das corretoras. Para o mundo em dólar, queremos oferecer proteção e construção de patrimônio,” disse Patrick.

Brazil Journal

O Carrefour levou seis meses para integrar o Makro. Agora, começa a colher os frutos



A anunciada no ano passado, a aquisição de 29 lojas do Makro pelo Carrefour Brasil, por R\$ 1,95 bilhão, começa agora a gerar resultados.

Segundo a empresa, as lojas que eram do Makro deixaram de contribuir negativamente para o balanço do Carrefour no mês passado. A partir de julho, o efeito começa a ser positivo.

“Quando você abre uma loja, tem os custos de abertura, de recrutamento, de treinamento, de estocagem”, disse o CEO do Atacadão, Roberto Müssnich, em teleconferência com analistas, na tarde desta quarta-feira, dia 28 de julho.

De agora em diante, ele acredita que as vendas contrariam ainda com os ventos a favor da reabertura da econo-

Unidas prepara ofensiva no mercado de veículos pesados

A empresa de locação de veículos e terceirização de frotas Unidas (LCAM3) contratou um executivo para liderar sua divisão de pesados, segmento no qual já tem uma operação de cerca de mil unidades entre máquinas e caminhões.

“Não é segredo para ninguém que temos uma operação em pesados, mas nos próximos trimestres passaremos a divulgar também de forma separada nosso desempenho no setor em que temos muita ambição”, disse o diretor-presidente da Unidas, Luis Fernando Porto, durante teleconferência com analistas.

A ofensiva no setor acontece na esteira de resultados trimestrais recordes da Unidas em seus negócios principais de aluguel de carros,

gestão de frotas e vendas de seminovos, em meio à crise de produção de veículos devido à falta de chips.

Segundo Porto, o atual desalinhamento entre oferta e demanda só deve ser equilibrado por volta do segundo trimestre de 2022.

Até lá, o que se prevê é aumento de tarifas para terceirização de frotas e no aluguel a pessoas físicas, mercados que têm uma demanda reprimida forte, à medida que a atividade econômica segue se recuperando da crise provocada pela pandemia da Covid.

Para a companhia, disse o executivo, isso deve se traduzir em manutenção do ritmo de crescimento das receitas e manutenção ou aumento das margens nos próximos trimestres.

Money Times



mia, uma vez que os restaurantes são grandes consumidores do Atacadão. “Estamos mais otimistas com a demanda e com as margens futuras.”

O vice-presidente do Atacadão, Marco Oliveira, ressaltou também que unidades convertidas do Makro devem se beneficiar da sazonalidade mais favorável do segundo semestre, quando historicamente as vendas se aquecem. “Este mês já é positivo e os próximos meses também serão”, afirmou Oliveira.

No segundo trimestre deste ano, as despesas do Carrefour somaram R\$ 2,2 bilhões, aumento de 11,7% em relação a igual período do ano passado. Ainda assim, a companhia diz que elas se mantiveram em um percentual praticamente estável em re-

lação as vendas líquidas, em 12,7%. “Isso foi alcançado apesar dos custos de ramp-up e pré-inauguração relacionados às lojas Makro”, diz a companhia, no balanço.

A conversão das lojas do Makro para Atacadão levou seis meses para ser concluída. Inicialmente, a previsão era de 12 meses a 15 meses. Com isso, o Carrefour informou no fim de junho que estava mais otimista com as previsões de receita no longo prazo com as unidades.

Hoje, o grupo espera que as 28 lojas alcancem uma receita bruta de R\$ 5,4 bilhões nos próximos quatro anos, uma expansão de 100% no período. A estimativa anterior apontava crescimento de 60%.

Neofeed